



Departamento de Sociologia

**Movimentos Sociais e Internet:
um estudo de caso da Plataforma Não ao TTIP em Portugal**

Catarina Martins Farinha Alves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora:
Doutora Joana Azevedo, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2016

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação não seria possível sem o apoio dos meus pais, aos quais agradeço profundamente e dedico todo o meu trabalho.

O meu muito obrigada a todos aqueles que me ajudaram e incentivaram neste processo, nomeadamente aos entrevistados, à minha orientadora Doutora Joana Azevedo e à minha amiga Beatriz Maria.

RESUMO

A globalização e o advento da era digital permitem aos movimentos sociais extrapolar fronteiras geográficas e políticas e assumir configurações organizacionais horizontais, em rede. Esta dissertação aborda os movimentos sociais na sua relação com a Internet, tomando como estudo de caso a Plataforma Não ao Tratado Transatlântico. A Plataforma em foco opõe-se à ratificação de três tratados de livre comércio que a UE se encontra a negociar: TTIP, CETA e TISA. É efectuado um enquadramento acerca dos tratados e do nascimento da Plataforma. O estudo de caso é suportado por uma metodologia mista. São usados dados qualitativos providenciados por entrevistas, análises de conteúdo de fontes relacionadas com o movimento e observação participante de eventos. A nível quantitativo é efectuada uma análise formal da rede da página de Facebook do movimento.

O estudo de caso afere que a utilização de ferramentas online facilitou à Plataforma uma estrutura organizativa horizontal, que se revela importante tanto para o desenvolvimento da sua rede de relações como para os seus processos comunicativos.

Palavras-chave: Movimentos sociais, globalização, Internet, Plataforma Não ao TTIP, CETA, TISA, análise de redes sociais

ABSTRACT

The globalization and the advent of the digital age allow social movements to surpass geographical and political boundaries and to assume a horizontal networking structure. The following dissertation focus is how the Internet can shape social movements dynamics, by presenting the movement Plataforma Não ao Tratado Transatlântico as a case study. The aforementioned movement claims are against three free trade partnerships that the EU is currently negotiating: TTIP, TISA and CETA. This dissertation includes a contextualization about the free trade agreements and about the platform's origins. The research for the case study draws upon a mixed methods approach, combining data from qualitative and quantitative methods. On a qualitative level the data used comes from interviews, content analysis from sources related to the movement and participant observation of the events. On a quantitative level it was obtained from a formal social network analysis from the movement's Facebook page.

This case study stresses that the use of online tools allowed the development of a horizontal organizational structure. This structure, with the full use of the online tools, reveals itself as an important element to the growth of the Platform's relationship network and its communication processes.

Keywords: social movements, globalization, Internet, Plataforma Não ao TTIP, CETA, TISA, social network analysis

ÍNDICE

Índice de Quadros.....	v
Índice de Figuras	v
Glossário de Siglas	v
INTRODUÇÃO	1
1. GLOBALIZAÇÃO, INTERNET E MOVIMENTOS SOCIAIS	5
1.1 GLOBALIZAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS, RISCO	5
1.2 MEDIA, ESFERA PÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS	8
1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS: EVOLUÇÃO E O CASO PORTUGUÊS	11
2. O TTIP E OS SEUS CONGÉNERES: NEGOCIAÇÕES E IMPLICAÇÕES DE ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO	15
2.1 TTIP: OBJECTIVOS E NEGOCIAÇÕES.....	16
2.2 OS PONTOS POLÉMICOS DO TTIP	17
2.3 O PAPEL DOS LOBISTAS: O ICS E O TTIP LEAKS	19
2.4 CETA, TISA: OUTROS GRANDES TRATADOS DE LIVRE COMÉRCIO	21
3. METODOLOGIA	25
4. A PLATAFORMA NÃO AO TTIP: ANÁLISE DE UM ESTUDO DE CASO	27
4.1 PRINCIPAIS TEMÁTICAS EM DEBATE NA PLATAFORMA NÃO AO TTIP	27
4.2 DIMENSÃO ORGANIZATIVA	29
4.3 DIMENSÃO COMUNICACIONAL	35
4.4 PERFIS E MOTIVAÇÕES	36
5. CONCLUSÃO.....	41
BIBLIOGRAFIA.....	45
ANEXOS.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 0.1: Dimensões de Análise e Objectivos de investigação.....	2
Quadro 4.2.1: Medidas de Poder e Centralidade em Maio de 2016.....	30

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.2.1- Grafo da Rede Social “O que esconde o TTIP” - Páginas de Facebook conectadas em Maio de 2016.....	32
---	----

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ANSOL- Associação Nacional para o Software Livre
AR- Assembleia da República
AVE- Associação Vimaranesse Ecologia
CE – Comissão Europeia
CETA- Comprehensive Economic and Trade Agreement
EUA- Estados Unidos da América
FENPROF- Federação Nacional dos Professores
FSE- Fórum Social Europeu
GAIA- Grupo de Acção e Intervenção Ambiental
MAS- Movimento Alternativa Socialista
M12M- Movimento 12 de Março
NAFTA-North American Free Trade Agreement
OGM- Organismo Geneticamente Modificado
OMC- Organização Mundial do Comércio
ONG- Organização Não Governamental
PAN – Partido Pessoas–Animais–Natureza
PE – Parlamento Europeu
SPGL- Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
SPN- Sindicato dos Professores do Norte
TTIP- Transatlantic Trade and Investment Partnership
TISA - Trade in Services Agreement
TPP - Trans-Pacific Partnership
UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

O panorama político e social actual é pautado tanto pela globalização como pelo advento do mundo digital. É um cenário em que o tempo e o espaço se comprimem, as referências culturais se modificam e os espaços de debate públicos se moldam ao ecossistema presente. A Internet afirma-se como catalisadora destas dinâmicas. É uma plataforma que encerra em si múltiplas possibilidades para o desenvolvimento e germinação de iniciativas cívicas e de movimentos sociais.

Esta dissertação centra-se na relação entre movimentos sociais e Internet, tomando como estudo de caso a plataforma Não ao Tratado Transatlântico. O objectivo principal é o de produzir conhecimento e promover uma compreensão acerca deste movimento social que se posiciona contra as propostas legislativas de três tratados de livre comércio. Os tratados são a Parceria Transatlântica sobre Comércio e Investimento, mais conhecida pela sigla TTIP¹, e os tratados TISA e CETA.

A parceria transatlântica é uma proposta de acordo de livre comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos que começou a ser negociada em 2013. Este tratado facilitaria o comércio entre os dois blocos através da supressão de barreiras aduaneiras e de facilitações legislativas. As negociações têm sido dificultadas pela contestação pública verificada por toda a Europa e nos Estados Unidos. Os motivos da polémica passam pela alegada falta de transparência do processo de negociação e pelas consequências prováveis da sua aplicação. Entre os vários pontos em discussão estão a entrada no espaço europeu de produtos alimentares geneticamente modificados, as implicações na democracia europeia bem como o favorecimento das grandes empresas em detrimento das demais, sufocando os pequenos e médios produtores.

A Comissão Europeia adianta que este é o maior acordo de comércio bilateral alguma vez negociado². A sua promulgação implicaria não só novas dinâmicas entre os dois blocos negociantes como alterações no comércio mundial.

A sugestão desta união económica não é surpreendente na medida em que os Estados Unidos já encetaram tratados semelhantes, nomeadamente o Acordo Transpacífico, ou TTP (celebrado com países da Oceânia e Ásia)³. Esse esforço de cooperação é tanto uma estratégia dos Estados Unidos como a confirmação de uma tendência globalizante em que as fronteiras e jurisdição

¹ Existem três siglas para denominar esta parceria: TTIP, TAFTA e PTCI. Nesta dissertação emprega-se a sigla TTIP por ser aquela que Plataforma em estudo utiliza.

² A Comissão disponibiliza informação estatística sobre a relação comercial entre a UE e os EUA em <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/united-states/>

³ O TTP foi assinado em Fevereiro de 2016. Estima-se que entre em vigor em 2018.

nacionais se dissolvem aos poucos. A criação da União Europeia (UE) é um marco histórico nesta paisagem globalizada, pois esta supra entidade política pôs termo ao conceito de Estado Nação que até então vingava politicamente (Beck, 2005).

Embora o TTIP tenha sido a origem da plataforma Não TTIP, a plataforma também reprovou dois tratados de livre comércio que têm objectivos semelhantes: o CETA é uma parceria entre a UE e o Canadá e o TISA entre a UE e países da OMC. Ambos os tratados estão em negociação.

A contestação em redor do TTIP, CETA e TISA assume uma configuração transfronteiriça. Os movimentos contra estes tratados existem em vários países europeus, comunicam entre si e têm uma agenda conjunta, demonstrando uma dinâmica reticular. A Internet e as redes sociais funcionam como mediadores essenciais para a articulação de actores dispersos e têm ainda o papel de meio de contestação, sensibilização e mobilização públicas. Trata-se de um exemplo do potencial de poder que a Web 2.0 detém para interferir nos níveis de participação e envolvimento públicos. As reivindicações sociais e ambientalistas têm provado ser uma força poderosa nas dinâmicas políticas, e a revolta em torno desta proposta de lei revela novas direcções na configuração da democracia europeia.

O estudo de caso que se desenvolve nesta dissertação incide sobre a Plataforma referida e compreende as dimensões de análise expressas no quadro 0.1.

Quadro 0.1: Dimensões de Análise e Objectivos de investigação – Estudo de caso sobre a Plataforma Não ao TTIP

<i>Dimensões de análise</i>		<i>Objectivos</i>
Temáticas		Temas críticos que suscitam o debate em torno dos tratados de livre comércio
Organizativa	Estrutura	Avaliar as dinâmicas organizativas, relacionais e estruturais do movimento Discriminar o tipo de iniciativas e eventos
	Redes	
	Ação	
Perfis		Caracterizar os grupos de indivíduos que protagonizam o movimento, motivações e trajectórias
Comunicacional		Processamento da comunicação interna e externa do movimento, considerações sobre os media mais utilizados

Qualquer investigação implica uma dimensão metodológica que alicerça a obtenção de resultados. Neste caso a metodologia aplicada é mista. Os métodos de recolha de dados de pesquisa serão pautados pela exploração de várias dimensões e fontes, com obtenção de dados

heterogéneos e diversos. Nesse sentido foram usados como métodos de investigação, por ordem sequencial: observação participante e contactos prévios, análise exploratória de *sites*, folhetos e redes sociais associados à plataforma em estudo, análise de redes sociais e, por fim, foram aplicadas entrevistas semi directivas a elementos do movimento.

A parte quantitativa da metodologia refere-se ao modelo de análise de redes. É utilizado o *software* de análise de redes *Gephi* para analisar o *Facebook* da página do movimento Não ao TTIP em Portugal, de forma a extrair a rede de ligações da página. É aplicado um algoritmo de modularidade que permite discernir as sub-comunidades mais fortemente ligadas entre si. Com base nessa detecção, procedeu-se à amostragem de entrevistados para incluir todos os módulos. Esta metodologia permite obter um *insight* a nível organizativo, pois possibilita deslindar a estrutura e o grau de envolvimento entre os actores que participam nas iniciativas do movimento em questão.

O primeiro capítulo é dedicado à moldura teórica que enquadra esta investigação e pretende relacionar os conceitos e a literatura produzida nesta área. Segue-se uma contextualização do que é o TTIP e os tratados de livre comércio, quais são os actores envolvidos na sua promoção e quais são os aspectos que suscitam a discórdia. O capítulo seguinte centra-se no estudo de caso onde se analisam os dados recolhidos ao longo da investigação, segundo a seguinte subdivisão: principais temáticas em debate, dimensão organizativa, dimensão comunicacional e perfis e motivações dos envolvidos. O quinto e último capítulo discute os resultados e apresenta as conclusões da investigação.

1. GLOBALIZAÇÃO, INTERNET E MOVIMENTOS SOCIAIS

A presente revisão de literatura aborda a relação entre os movimentos sociais e a Internet e introduz o movimento Plataforma Não ao TTIP. Os conceitos de globalização, sociedade em rede e esfera pública são enlaçados para fundamentar o exercício de novas formas de participação públicas. A Internet veio multiplicar as possibilidades comunicativas dos movimentos sociais, dissolvendo barreiras táticas e facilitando a sua actividade.

Numa Europa onde as fronteiras físicas são menos definidas, as dinâmicas de poder e de contrapoder ganham ímpeto para se reinventarem de forma reticular e transnacional. Os movimentos sociais reflectem essas mudanças. São, como sempre foram, importantes fontes de contrapoder. As manifestações contra a austeridade em Portugal, o movimento *Occupy* ou a Primavera Árabe são exemplos do poder dos movimentos sociais no século XXI.

O movimento que está em análise nesta dissertação – Não ao TTIP - é um movimento europeu com núcleos em todos os países da UE. É internacional na sua estrutura e também nas reivindicações: o objetivo do movimento é travar a aprovação dos tratados de livre comércio que a UE tem vindo a negociar com os EUA (TTIP), Canadá (CETA) e OMC (TISA). Para a Plataforma Não ao TTIP, tais parcerias beneficiam apenas as grandes corporações, promovem um capitalismo selvagem e põem em risco elementos como as conquistas sociais, o clima, a segurança alimentar e a cidadania. Este leque de argumentos para a contestação (analisado no capítulo 4.1) embate em críticas conhecidas à globalização, nomeadamente a de fincar desigualdades e beneficiar o factor capital em detrimento de qualquer outro. Em jogo está ainda a legitimidade das instituições políticas europeias, que para a Plataforma agem de forma obscura e pouco democrática.

1.1 GLOBALIZAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS, RISCO

Abordar a globalização é essencial para a compreensão efectiva das dinâmicas dos movimentos sociais, que têm para com ela uma relação de simbiose.

O paradigma da globalização tem vindo a instalar-se de forma acelerada nas últimas décadas. As suas ramificações estão em toda a parte. É um fenómeno económico, político tecnológico e cultural, numa rede de processos complexa (Giddens, 2000a: 93).

Webster aborda este conceito como uma compressão do espaço e do tempo. “Refere-se aos processos crescentes e acelerantes de interpenetração e interdependência de relações à escala mundial, relações em que o tempo e o espaço são «comprimidos»” (2004: 44). Este processo não deve ser encarado como uma força exclusivamente homogeneizadora, pois não se trata de

um fluxo unívoco. Implica hibridação cultural, uma convergência e miscelânea de culturas e movimentos de povos (idem, ibidem). Não obstante este pluralismo, as relações de poder expressam o domínio da civilização ocidental, nomeadamente da cultura norte-americana (Webster, 2004; Bauman 1998).

A liberalização económica mundial e a desregulação das economias nacionais são características do metabolismo do mundo globalizado (Giddens, 2000b: 25). Esta articulação expressa o triunfo do capitalismo (Webster, 2004), exercido de uma forma global e pouco regulada por grupos económicos ligados em mercados financeiros mundiais.

Sob a égide da globalização subsistem fortes desigualdades económicas entre os países desenvolvidos e os que estão em desenvolvimento (Giddens, 2000a: 26), fomentadas por práticas comerciais agressivas. As grandes indústrias dos países desenvolvidos vendem a países subdesenvolvidos produtos proibidos nos industrializados (idem, ibidem), lucram com a mão-de-obra barata de que dispõem e exploram os recursos naturais. Giddens reflecte que a aldeia global pode ser uma pilhagem global. A globalização não favorece a economia local e de subsistência, que tem dificuldade em competir com os preços baixos e a oferta ampliada (Giddens, 2000a). Isso significou o fim do campesinato, que é incompatível com os mecanismos do mercado capitalista (Webster, 2004).

A liberalização económica não é um benefício ingénuo, afirma Giddens (2000a). Ao mesmo tempo, não é um benefício discutível. Um país que se oponha a este panorama económico (através de políticas proteccionistas, por exemplo) pode ser alvo de sanções internacionais e conduzir à tensão ou mesmo à guerra entre blocos económicos (idem, ibidem).

Uma das características deste sistema económico é a existência de poderosas e grandes empresas. Os seus mecanismos de ação movem-se em função do lucro pressentido pelos seus *shareholders* (Bauman, 1998). As grandes empresas não têm constrangimentos com o tempo - qualquer decisão ou movimentação fiscal pode ser efectuada em segundos. O espaço também deixou de ser um obstáculo graças a factores como a flexibilização do mercado de trabalho e a possibilidade de deslocalizar unidades fabris com facilidade. “It is up to them to move the company wherever they spy out or anticipate a chance of higher dividends”, comenta Bauman (1998:8). “The company is free to move; but the consequences are bound to stay. Whoever is free to run away from locality, is free to run away from the consequences” (idem, ibidem: 8-9). Esta relação, que Bauman atribui à globalização, exprime tanto a desconexão do poder das suas obrigações como o desancoramento espacial do mesmo, catapultado pela capacidade de mobilidade e de evitação (idem, 1998: 2, 11). A mobilidade é, para Bauman, o factor mais estratificante dos tempos pós-modernos. É o controlo do binómio tempo/espaço que conduz o

poder. Hoje ele move-se com a velocidade electrónica e não depende da resistência do espaço. Nesta era, o poder está em poder fugir a qualquer momento, numa estratégia de escape, de mobilidade e de evasão em que o *disengagement* e a arte da fuga são as ferramentas - mor (Bauman, 2000).

As implicações políticas das dinâmicas globalizantes acompanham a tendência de compressão do espaço e do tempo. Este desenvolvimento é crescentemente descentralizado, fugindo ao controlo das nações e das organizações (Giddens, 2000b). As fronteiras nacionais esborratam-se e a soberania nacional perde relevância. Assiste-se ao enfraquecimento da figura do Estado Nação (Beck, 2005; Bauman, 2000) cujas capacidades de decisão e negociação estão fragilizadas. A criação da União Europeia contribuiu para que os Estados Nação, tal como eram concebidos, deixassem de existir (Beck, 2005). A criação de instâncias de poder supranacionais significa que os parlamentos têm de obedecer a cânones comuns europeus.

O terreno da política, da economia e da jurisdição actuais não é definido pelos governos nos limites locais, mas sim por um jogo constante que Beck (2005) apelida de *meta-power game*. Neste jogo as fronteiras, regras e distinções são renegociadas nacional e internacionalmente e mesmo entre negócios, Estado, movimentos civis transnacionais, organizações supranacionais e sociedade civil (Beck, 2005: xii). Todos esses actores disputam por espaço público para fazerem representar os seus interesses e valores, e as fronteiras geográficas nacionais não são um obstáculo para isso. Na verdade, os Estados perderam a capacidade institucional de fornecer o espaço e o enquadramento para as acções políticas das organizações. Isso significa que é a globalização – e não o Estado – que define as arenas de ação coletiva (Beck, 2005: 3).

Inerente a esta relação está o conceito de risco, que para Beck emergiu de forma central com o avançar de uma modernização cega, surda e muda em relação às suas consequências (2005). A cultura da globalidade acarreta assuntos como os riscos ecológicos, a segurança alimentar, os riscos financeiros globais e o controlo de fluxos migratórios. A centralidade do risco manifesta-se na capacidade de relação que os indivíduos celebram com assuntos e problemas distantes. Hoje uma pessoa em Portugal pode se relacionar e envolver com uma catástrofe ambiental na China ou com um discurso racista nos Estados Unidos. Nos meios de comunicação circulam constantemente discursos que põem os indivíduos a par da realidade dos outros lugares do mundo. São imagens e símbolos mais ou menos perceptíveis que contribuem para criar um sentido de globalidade, de pertença a um planeta onde há direitos e deveres de uma cidadania global (Lester, 2010: 177). A percepção do risco no mundo é crucial para criar uma nova esfera pública, dando um impulso à constituição de novas formas de participação e de política.

Os movimentos sociais são mais uma característica do mundo globalizado, e são um espelho dos riscos globais que estão contidos nele. Lester aponta que as questões ambientais, políticas ou sociais podem ser vistas com uma configuração crescentemente global. Neste âmbito, as fronteiras tornam-se menos importantes no que toca a encontrar e mobilizar apoio internacional (Lester, 2010: 58). A mobilização de empatia e resposta a crises e preocupações distantes tornou-se num dos desafios dos movimentos sociais.

O quadro de referência do Estado Nação não é suficiente nem consegue produzir respostas políticas para muitos dos riscos e problemáticas de hoje (Beck, 2005). Em suma, a liberdade de ação dos Estados é erodida pelos horizontes da globalização, que ampliam a discrepância entre o alcance das decisões institucionais estatais e o universo onde se localizam os recursos necessários para as implementar (Bauman, 1998: 4).

Não obstante, o Estado continua a ser parte da identidade colectiva e constitui um sistema de referência para pessoas, organizações e movimentos sociais. Baumgarten (2014) sublinha que o Estado nação ainda é uma parte importante da actividade dos movimentos sociais, por muito internacionalizados que eles sejam. Ele delimita uma arena que impacta nas visões do mundo dos activistas, incluindo, por exemplo, como percebem oportunidades para a ação, como constroem laços e como lidam com os diferentes condicionamentos políticos (Baumgarten, 2014). Tudo isto impacta na estrutura organizacional do movimento social (idem: ibidem).

Um vector determinante nesta questão é a evolução dos meios de comunicação e o crescimento das possibilidades de participação pública que eles oferecem e que são exploradas pelos movimentos sociais. Este tema é abordado em seguida.

1.2 MEDIA, ESFERA PÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A interdependência que caracteriza a globalização foi alavancada pelo progresso dos meios de comunicação, que conectam pessoas e actores sociais e facilitam a difusão de informação. Esse desenvolvimento acelerado tem sido amplamente discutido no sentido de apurar os seus impactos sociais, nomeadamente naquilo que diz respeito às formas de participação pública.

O fenómeno da “cultura de massas” que acompanhou o desenvolvimento industrial alimentou o receio de que o pensamento crítico e independente estivesse ameaçado pelas novas manifestações culturais massificadas transmitidas pelos *mass media*. Jürgen Habermas vaticinou que a “Opinião Pública” estava a ser formada pela manipulação e controlo, abafando o verdadeiro e racional debate democrático que caracterizava a *Esfera pública* (Habermas, 1984). Este conceito define um espaço de debate público, horizontal e racional, onde se discutiriam problemas políticos e se alinhavariam decisões e processos que desenvolveram a

própria democracia. Tal esfera de discussão era concretizada, segundo Habermas, nos salões e cafés das metrópoles europeias, onde a elite burguesa afluía no final do século XVIII e no início do XIX.

A industrialização da cultura e a commodificação da informação não facilitam o debate racional e convertem a política num espectáculo para consumo cultural em que a qualidade do discurso político se deteriora e os níveis de participação pública diminuem, defende Habermas. Os interesses comerciais são superiores a todos os demais e a informação é distorcida e manipulada para servi-los.

A abordagem de Habermas, por tomar a esfera pública como uma elite e descartar outros meios de comunicação, é algo redutora. A evolução dos *media* significou que a co-presença se tornou dispensável para formar a esfera pública; não é necessário convergir num espaço físico como um café, como indicava Habermas (Thompson, 2009). Webster (2006:199) comenta que hoje existem tendências que dão o impulso e os meios para participar numa esfera pública mais aberta que nunca: existe mais literacia, mais acesso à informação e mais formas de participação (idem, ibidem).

A disponibilidade de conteúdos é alargada no tempo, espaço e recepção. A circulação pública de formas simbólicas é amplificada graças aos meios de comunicação, sobrevoando o espaço e o tempo e diluindo a fronteira entre o domínio público e privado (Thompson, 2009: 109- 114). As dinâmicas políticas tornam-se mais visíveis aos cidadãos, fomentando formas de vida pública que se situam fora da competência do Estado e que surgem graças à divulgação mediática (idem, ibidem: 114-117).

As análises de Castells (2004) observam como estas dinâmicas se constituem em rede, dando azo à denominada sociedade em rede (Castells, 2004). A forma como cada indivíduo se encontra hiperconectado tornou-se parte da experiência quotidiana individual e social. A informação circula em fluxo contínuo, alimentada pelos *media*, pela Internet. Numa dinâmica de rede, o acesso à informação está cada vez mais fácil e rápido. Sucede através de pontos de acesso tecnológico: telemóvel, computador, *tablet*, televisão, rádio, jornais, ou mesmo nos comentários das pessoas com quem se convive. No espaço público os *media* estão em actividade constante, envolvendo, reivindicando, implorando atenção (Silverstone, 2005: 66). A experiência, o poder e a produção são organizadas sob uma morfologia de rede, onde o espaço não tem fronteiras físicas e o tempo não é sequencial (Castells, 2004).

Neste desenvolvimento torna-se evidente a tendência de desmaterialização dos meios de comunicação e o estabelecimento de uma era digital em que a Internet ocupa um papel determinante, revolvendo a indústria mediática e as práticas culturais dos indivíduos. Os meios

tradicionais (jornais, revistas, televisão e rádio) têm-se moldado à Internet e aos múltiplos ecrãs que caracterizam a vivência diária da sociedade ocidental actual.

A Internet, enquanto tecnologia, permite comprimir tempo e distância e aumenta exponencialmente a capacidade humana para comunicar, informar e conhecer (Oliveira, Cardoso e Barreiros, 2004). O seu contributo para a sociedade global é tanto fundamental como complexo. “Com efeito, perante a Internet não estamos apenas diante de uma ilimitada tecnologia de acesso e fornecimento de informação”, comentam Oliveira, Cardoso e Barreiros (2004: 66-67). “Estamos diante de uma tecnologia social, onde milhares ou milhões de diversos actores e sujeitos sociais interagem, criando, portanto, dimensões novas de relação social e projectando até porventura novas formas de organização social” (idem, ibidem: 67).

A ecologia digital que se tem vindo a desenvolver oferece possibilidades comunicativas que outrora eram menos acessíveis. O impulso das ferramentas digitais da Web 2.0⁴ promove redes horizontais de comunicação interactiva que conectam uma pessoa ao mundo em qualquer momento. Basta estar online. Sob este ângulo, aceder não é meramente consumir informação ou fazer pesquisas. É também construir e manter comunidade, estar em redes sociais, partilhar informação e até produzir conteúdos. O *Facebook*, *Twitter*, *Youtube*, *Blogger*, e o *Linked in*, são algumas das inúmeras redes sociais online que integram a Web 2.0.

Uma das vantagens deste tipo de redes online é a abertura na divulgação de informação. O conteúdo online esquivava-se aos *gatekeepers* dos media tradicionais e chega a milhares de pessoas com rapidez e eficácia. Ele pode sensibilizar sobre um tema, mostrar novas maneiras de olhar o mundo e expor verdades inconvenientes, pode transformar atitudes e orientar intenções em prol de uma ação (Nahon e Hemsley, 2013: 9). Isso torna as redes sociais numa ferramenta útil para movimentos sociais, que beneficiam da amplificação que as redes online permitem. Note-se que estas possibilidades já existiam antes. O que mudou é que o acesso às mesmas ficou facilitado. A Web 2.0 possibilita novas formas de participação pública (Grewal,

⁴ Esta “Web” é como uma segunda geração de Internet que evoluiu de páginas estáticas e básicas (a suposta Web 1.0) para uma plataforma social. Note-se que o termo Web 2.0 levanta discussão; muitos vêem-no como um neologismo pretensioso, já que a Internet tem uma vocação social desde a sua génese. Castells define a Web 2.0 como “o cluster de tecnologias, aparelhos e aplicações que suportam a proliferação de espaços sociais na Internet graças a uma largura de banda aumentada, software *open-source* inovador e gráficos e interfaces computacionais melhorados” (2001: 65).

2008) mas a concretização dessa participação sucede apenas numa fatia do total dos utilizadores e pode ser contínua ou esporádica.

Em Portugal o *Facebook* é a rede social mais popular: segundo o Obercom, 98% dos internautas portugueses utilizadores de redes sociais têm perfil criado nesta rede (Cardoso *et. al*, 2014). Os movimentos sociais nacionais têm o *Facebook* como rede social online preferencial, e usam-no tanto para comunicar com o exterior como para afirmar e construir a sua rede de relações. A Plataforma Não ao TTIP, em foco nesta dissertação, tem esta rede como um dos seus meios principais (conforme exposto no estudo de caso, capítulo 4).

A seção seguinte recai sobre os movimentos sociais e a sua evolução e articulação com a sociedade em rede.

1.3 MOVIMENTOS SOCIAIS: EVOLUÇÃO E O CASO PORTUGUÊS

Nas seções anteriores foram confrontados alguns elementos que caracterizam a era digital em que vivemos: os frutos da globalização, a extensão do capitalismo e a centralidade dos meios de comunicação social ocupam um papel fulcral na definição das problemáticas de hoje e na emergência dos movimentos sociais (Accornero e Fillieule, 2016). É nesse âmbito que, nesta seção, são introduzidos os movimentos sociais, em especial os radicados na Europa.

“Os movimentos sociais, através da história, são os produtores de novos valores e novos objectivos em volta dos quais as instituições da sociedade se transformam, para representar esses valores através da criação de novas formas para organizar a vida social”, escreve Castells (2013:27). Estes movimentos são uma fonte importante de contrapoder, uma vez que a sua ação é orientada para desafiar e alterar, deliberadamente, as relações de poder (idem, ibidem: 27, 213).

O foco académico nos estudos de movimentos sociais data da segunda metade do século XIX (Accornero e Fillieule, 2016). No entanto, esta área de estudos em Portugal é relativamente recente – inaugurou-se somente com o término do regime político autoritário do Estado Novo. Após 74 desbloquearam-se temas de investigação que até então eram condicionados pelo governo, como o papel do conflito social e da luta de classes no país (Accornero, 2016: 356). Accornero nota que existem poucos estudos sobre movimentos sociais específicos no país, e que a maioria dos estudos sobre movimentos sociais em Portugal apontam para uma sociedade civil com baixos níveis de participação política (2016). No entanto, investigações recentes demonstram que a mobilização civil portuguesa aumentou após 2010, antes e depois da política de austeridade orçamental imposta pela Troika, em 2011. “In this period there was an increase in different kinds of protest activities in Portugal”, relata Accornero (ibidem).

As manifestações anti austeridade em Portugal, mesmo estando sediadas localmente, demonstraram vínculos comunicativos internacionais (Estanque, Costa e Soeiro, 2013). Os movimentos sociais têm, cada vez mais, uma propensão para operar sem fronteiras geográficas. “It’s preconditions and its reception are rarely limited to the framework of the nation state”, observa Teune (2010:1), demonstrando uma “condição transnacional” inerente aos mesmos. Essa condição tornou-se mais evidente com os protestos e movimentos sociais que têm eclodido desde o ano 2000, e que se destacam pelo uso de meios digitais. Entre esses protestos e movimentos destacam-se, para além das manifestações contra a austeridade, o movimento de justiça global, o *Occupy*, a Primavera Árabe, e o movimento não ao TTIP.

É interessante referir o movimento de justiça global porque ele sumariza os senões do capitalismo e sugere uma globalização alternativa através da promoção das cinco justças que estariam fragilizadas: monetária, social, económica, ambiental e de paz⁵. Este movimento foi a raiz do Fórum Social Mundial e do Europeu. Este último teve seis edições que decorreram entre 2002 e 2010 e juntou pessoas e organizações contra o neoliberalismo. “More and more Europeanised protests address the lack of concerns at the EU level for social equality”, alegava della Porta (2010:124), nas suas reflexões sobre o Fórum Social Europeu (FSE). Della Porta resume que o FSE apelava à criação de uma outra Europa, com mais direitos (idem). Embora o FSE tenha terminado, ele foi sintomático; as fragilidades que apontava voltaram a surgir, sob outras facetas, nas agendas de movimentos europeus posteriores.

Após 2010 alguns protestos sociais ganharam dimensões e contornos imprevistos. Entre eles estão a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street*, os Indignados e a manifestação anti austeridade da Geração à Rasca, de 12 de Março de 2011. Todos estes protestos têm um elo em comum: a Internet, em especial as redes sociais, foram determinantes. Para Estanque, Costa e Soeiro, estamos perante um ciclo de global de protestos. “It is not just a sequence of events, but a wave of protest that should be analysed as a whole, in which different movements, that use the virtual space of information flows as a primary place of their struggle, binded together, contaminated each other and kept on communication” (2013: 32).

Castells alega que não foi apenas a pobreza, ou a crise, ou o défice de democracia, que provocou estas revoltas. Foi também, e principalmente, “a humilhação provocada pelo cinismo e arrogância dos que estavam no poder, seja financeiro, político e cultural, que juntou aqueles que transformaram o medo em indignação, e indignação em esperança numa humanidade

⁵ O movimento de justiça global não se afirma como contra a globalização, mas defende uma globalização alternativa. Mais informação em <http://www.globaljusticemovement.net/home/origins.htm>

melhor” (2013: 21). A indignação, alimentada no seio seguro dos espaços online, acabou por transbordar para o espaço urbano.

Estas revoltas - que vieram a inspirar e formar novos movimentos sociais- demonstram um profundo descontentamento dos cidadãos. Revelam, acima de tudo, “a crisis of legitimacy of political actors, widespread dissatisfaction with the responses in the face of economic crisis and concern about the processes of labour precarization that are today a strong global trend” (Estanque, Costa e Soeiro, 2013: 38).

As reverberações dos protestos referidos têm tido impacto por toda a Europa, alimentando alguns debates internos sobre as prioridades e as políticas do projecto europeu. A somar à aplicação das políticas de austeridade, o escândalo financeiro *LuxLeaks*, o caso *Brexit*, a gestão do fluxo de refugiados e a discussão em torno dos tratados de livre comércio vieram engrossar essas discussões e desacreditar as instituições da UE.

A Plataforma Não ao TTIP, da qual a presente dissertação se ocupa, não tem o ímpeto revolucionário que os protestos referidos possuíam. No entanto, herdou algumas das problemáticas europeias que os despoletaram, como a crise de legitimidade política, a crise económica (ou o seu rescaldo), e tendências como a precariedade no trabalho. A Plataforma, ao colocar-se contra alguns dos tratados de livre comércio que a UE promove, revela um posicionamento altamente crítico em relação à política europeia, alegando que a proteção social, ambiental, da justiça, e até a democracia, estão em risco crescente graças aos grandes tratados que se pretendem encetar em breve.

Academicamente, ainda não existe um corpo de trabalho notório sobre o movimento Não ao TTIP, nem sobre a Plataforma Não ao TTIP em Portugal, na área da sociologia e dos estudos de movimentos sociais. Este facto deve-se, provavelmente, à precocidade do movimento. O facto de ser uma plataforma recente e em actividade, pode dificultar uma abordagem com a distância científica requerida em qualquer investigação académica. Em Portugal a plataforma é recente (nasceu em 2014), de pequena dimensão e relativamente desconhecida para a generalidade dos cidadãos.

No capítulo seguinte é tomado um olhar mais próximo sobre os tratados de livre comércio, os objectivos dos mesmos, os actores envolvidos nas negociações e os elementos polémicos acerca do modelo de comércio que propõem.

2. O TTIP E OS SEUS CONGÉNERES: NEGOCIAÇÕES E IMPLICAÇÕES DE ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO

O estabelecimento de acordos de comércio é uma estratégia comum entre países de todo o mundo. As facilitações comerciais e aduaneiras que fornecem são encaradas como incentivos ao crescimento económico. Na última década têm vindo a ser negociados tratados desta índole que se destacam pela sua extensão inédita. A União Europeia está atualmente em processos de negociação de três grandes tratados: O CETA (*Comprehensive Economic and Trade Agreement*), o TISA (*Trade in Services Agreement*) e o TTIP (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*). Este último pressupõe uma união entre a UE e os Estados Unidos e é o mais conhecido entre os referidos, devido à sua dimensão bem como às consequências previstas.

O estabelecimento de mega-acordos inclui-se na política estratégica dos EUA há mais tempo. O tratado com o México -EUA - Canadá (NAFTA), celebrado em 1994, é considerado pioneiro neste aspecto. Este ano foi ratificado o Tratado Transpacífico (TTP, ou Transpacific Trade Partnership) com países do anel do pacífico. Estas alianças permitem aos EUA influência geopolítica e vantagens económicas. Contratualmente supõem-se vantagens para ambas as partes dos acordos bi-laterais. Com o caso do NAFTA isso não sucedeu, sendo que os três países parceiros, principalmente o México, experimentaram repercussões negativas após a celebração do acordo.⁶ Esse historial gera apreensão entre os cépticos dos tratados, que acusam os EUA de imperialismo e de favorecer as multinacionais.

Neste trabalho é analisada a Plataforma Não ao TTIP em Portugal, que está integrada num movimento europeu contra o TTIP, TISA e CETA. A nomenclatura “Não ao TTIP” foi herdada dos primórdios deste movimento, que surgiu para debater e travar o tratado em questão. No entanto, e em especial desde 2015, os membros do movimento assumiram que o seu âmbito de ação teria que ser estendido para abarcar dois tratados da mesma índole: TISA e CETA. O nome oficial da Plataforma em Portugal mantém-se, embora nas suas comunicações e ações acoplem os dois outros tratados. As acusações acerca destes tratados são em tudo semelhantes, e uma vez que o TTIP tem mais protagonismo na génese e na ação tanto da Plataforma nacional como da europeia, é descrito com mais detalhe ao longo deste capítulo.

⁶ Scott *et. al* (2006), ao avaliar o impacto do NAFTA após 12 anos de vigência, resume que a proteção laboral diminuiu, que os EUA perderam um milhão de empregos e que o México viu o seu sector agrícola devastado.

Seguidamente é realizada uma contextualização deste tratado, tendo em conta tanto o ponto de vista institucional como o ponto de vista dos activistas. Para confrontar essas duas perspectivas recorrem-se tanto a fontes vinculadas à UE, como a notícias retiradas de vários meios, e ainda a informação divulgada por movimentos sociais.

2.1 TTIP: OBJECTIVOS E NEGOCIAÇÕES

As negociações para o TTIP começaram no ano de 2013. Os Estados Unidos e a União Europeia são dos actores financeiros mais poderosos no mundo, e os fluxos comerciais e financeiros entre eles são fortes e constantes. O objectivo da parceria é abolir as barreiras aduaneiras que existem, harmonizar as regulamentações de forma a facilitar o comércio e formar uma área de comércio livre conjunta. Um documento emitido pela Direcção-Geral das Políticas Externas da União, assinado por Bierbrauer, elucida os objectivos desta parceria:

EU-US bilateral customs duties are already relatively low. However, the aim of the TTIP is to remove remaining customs duties on goods and restrictions on services, as well as to gain better access to public procurement markets and make it easier to invest. Furthermore, transatlantic trade and investment should be facilitated by removing existing behind-the-border barriers, for example by closer regulatory cooperation. (2014)

O projecto do TTIP é ambicioso: a sua promulgação criaria a maior área de comércio livre de sempre. “It would cover roughly 30% of the world economy, 30% of world trade in goods and services and 40% of global investment stocks”, sumariou a Comissária Europeia do Comércio, Cecilia Malström, num discurso em Hannover, em Abril deste ano. As economias dos 28 países membros da União Europeia e dos Estados Unidos representam cerca de metade do produto interno bruto mundial e um mercado de 800 milhões de consumidores (Bierbrauer, 2014: 5).

Uma das características nos processos de negociação do TTIP e de acordos semelhantes é que os estados europeus têm pouco poder de decisão ou de influência. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a negociação de tratados de comércio é da competência da União Europeia, e não dos Estados Membros. Após a negociação e redação, o mesmo vai para aprovação ao Conselho; se for aprovado, vai para votação ao Parlamento Europeu. Se for um tratado misto requiere a aprovação pelos parlamentos dos países membros, mas caso seja considerado simples não necessita desse último passo. A natureza do TTIP encontra-se em discussão, não estando ainda definida.

A equipa de negociação para o TTIP é composta por membros da Comissão Europeia e o negociador chefe é Ignacio Garcia Bercero. Os representantes do governo norte-americano são liderados por Michael Froman (que também presidiu às negociações do Tratado Transpacífico).

2.2 OS PONTOS POLÉMICOS DO TTIP

A alienação dos governos nacionais e o desconhecimento acerca do conteúdo das negociações criaram suspeitas acerca dos procedimentos negociais. A Comissão alega que as negociações são transparentes e que nunca foi disponibilizada tanta informação aos cidadãos sobre um tratado internacional. Não obstante, a questão da opacidade das negociações é um dos pontos fundamentais da contestação ao TTIP. O conteúdo das negociações é confidencial e a própria Comissão impôs uma interdição de 30 anos para o acesso público aos documentos⁷. Nem os deputados do Parlamento Europeu têm acesso à totalidade dos conteúdos.

A Comissão Europeia esforçou-se por combater as vozes acusatórias nesse aspecto, e adoptou uma série de medidas, em 2014 e 2015, para aumentar a transparência. No *site* oficial estão disponíveis dezenas de documentos para consulta, como relatórios, resumos das reuniões e textos consolidados. Foi criado um *Twitter*⁸ e abriram-se salas de leitura onde os eurodeputados podem, após marcação, aceder aos documentos.

As medidas de transparência são, para muitos, uma mera “maquilhagem”. Os textos disponibilizados online são versões consolidadas e não discriminam as decisões e pontos sensíveis das reuniões. O *Twitter* é visto como uma jogada de marketing. E em relação às salas de leitura para deputados, as fortes limitações no acesso têm sido denunciadas por vários eurodeputados. Um deles foi Miguel Viegas, do PCP. Numa pergunta escrita que dirigiu à Comissão em 2015, o eurodeputado explicava que para aceder aos documentos era exigido assinar uma declaração de confidencialidade. “Os telemóveis ou qualquer aparelho de recolha de dados devem ficar à porta da sala. Apenas é permitido levar uma caneta, sendo que o único papel autorizado é fornecido pelos serviços (*Classified Information Unit*), sendo timbrado”, revelou o deputado, acrescentando ainda que “Os deputados são constantemente vigiados pelo pessoal dos serviços”.

Os ganhos económicos que as projeções comissionadas pelos órgãos oficiais apresentam têm-se revelado argumentos insuficientes para obter o apoio público. A credibilidade dos

⁷ Este impedimento não evitou o vazamento de algumas partes do TTIP para o exterior. Em

<http://www.independent.co.uk/voices/ttip-leaks-shocking-what-are-they-eu-us-deal-a7010121.html>

⁸ O nome de utilizador da equipa de negociação para o TTIP no Twitter é @eu_Ttip_team

estudos sobre o impacto do TTIP é questionada tanto pela desconfiança do optimismo das previsões como pelo *background* das consultoras que os promovem. A isenção das mesmas é posta em causa porque são órgãos que iriam lucrar com a integração da UE numa zona de livre comércio e investimento, sendo potenciais lobistas a favor do TTIP. A somar a isso algumas das consultoras a que a UE recorreu já efetuaram estudos para outros órgãos europeus.

Os estudos sobre os efeitos do TTIP mais citados são os das consultoras Ecorys (2009), CEPR (2013), CEPPI (2013) e Bertelsmann/ifo (2013). Todos preveem efeitos positivos no PIB, nas exportações e importações, na Europa, nos Estados Unidos e até no resto do mundo. Um estudo da CEPR (2013) estima que, quando o TTIP estiver totalmente implementado, os ganhos serão de 120 mil milhões para a UE e 95 mil milhões para Estados Unidos. Esse cenário refere-se a 2027 e representa uma subida no PIB de 0,5% e 0,4% para a UE e para os EUA, respectivamente.

As percentagens de crescimento estimadas são baixas e entendem um período de 10 – 20 anos. Os restantes estudos apontam para valores de crescimento económico semelhantes, o que não surte entusiasmo em redor das previsões. Raza et al. (2014), numa análise aos estudos das consultoras supramencionadas, aponta ainda que o crescimento se faz à custa de uma redução do comércio entre os estados membros. “According to three studies, TTIP benefits will however come at the cost of reducing bilateral trade between EU Member States. In a deep liberalization scenario intra-EU trade could fall by around 30 %. The reason for this is that these EU countries’ exports will be substituted for cheaper Extra-EU imports” (Raza et al, 2014: V). Raza et al. confirma ainda que as projeções dependem maioritariamente da eliminação e harmonização de medidas não tarifárias, como leis e regulamentos, pois os encargos tarifários já são muito baixos entre os blocos negociantes. Os custos sociais da mudança regulatória são ignorados ou menosprezados nos estudos em questão (idem, ibidem: IV). Outra crítica é que o efeito nos níveis de empregabilidade não é devidamente abordado. Para Raza *et. al* (2014) e Capaldo (2014) estas falhas metodológicas enviesam os resultados.

Para o movimento Não ao TTIP quem lucraria com a liberalização do mercado que o TTIP promove seriam, em grande medida, as grandes empresas. A plataforma Não ao tratado Transatlântico denomina a parceria como “O cavalo de Tróia das grandes corporações”, e explica a comparação no seu *website*.

[o TTIP] visa, não apenas o livre-comércio, mas sobretudo o alargamento e a salvaguarda dos lucros das grandes corporações, colocando-os fora do alcance de todas as instâncias de poder actuais, quer sejam estados, grupos de estados, ONU,

tribunais internacionais ou quaisquer outras. Com o fito de agilizar o comércio entre os dois lados do Atlântico, o Tratado procura pulverizar todas as barreiras legais que o condicionam, sejam elas direitos dos consumidores, direitos laborais, normas de saúde pública, activos e empresas estatais, protecções ambientais, privacidade e liberdade na NET, políticas públicas relativas a medicamentos, mineração, infraestruturas, combustíveis, agricultura, etc.

Plataforma Não ao TTIP em Portugal

A plataforma, no excerto acima, sintetiza as maiores preocupações em redor da parceria. Os argumentos que fornece são baseados em vazamentos de informação acerca do tratado.

A expansão da área de comércio e o previsto relaxamento da legislação europeia em termos de entrada de produtos americanos, como produtos químicos e transgénicos que até agora são proibidos no espaço europeu, iria favorecer as indústrias agropecuária, farmacêutica, petrolíferas, entre outras. São indústrias e empresas milionárias, o que as tornam em lóbis poderosos. Na Europa, a legislação é mais cautelosa e menos permissiva que nos EUA. A adopção do TTIP implica medidas de regulamentação e harmonização entre os blocos, o que significa que a UE teria que abdicar de parte da protecção legislativa no sentido de harmonizar e nivelar os standards com a indústria do país parceiro.

As medidas de liberalização, segundo a plataforma, iriam impactar em todas as esferas da actividade dos países, aumentando a precariedade, provocando privatizações de sectores públicos como a saúde e a água, afectando as pequenas e médias empresas e menosprezando aspectos como a protecção ambiental e os direitos dos cidadãos em geral.

Estes pontos sensíveis serão retomados no desenvolvimento do estudo de caso, no capítulo 4.1. Antes disso, é necessário considerar algumas ocorrências recentes acerca deste controverso processo de negociação, nomeadamente as fugas de informação.

2.3 O PAPEL DOS LOBISTAS: O ICS E O TTIP LEAKS

O favorecimento de determinados lobistas nas negociações é um dos temas que mais tem suscitado críticas públicas acerca do tratado em análise. Nesse sentido, o mecanismo de protecção ao investimento previsto pelo TTIP é das seções mais polémicas, por permitir que os Estados sejam processados por empresas em tribunais arbitrais privados. O mecanismo em questão denominava-se ISDS (*Investor-state dispute settlement*), tendo sido renomeado

posteriormente para ICS (*Investment Court System*)⁹. O poder de que as corporações iriam usufruir perante este mecanismo de resolução de litígios pode sobrepor-se às jurisdições nacionais.

O mais preocupante é que a TTIP visa garantir aos investidores estrangeiros o direito inédito de processar governos soberanos, perante tribunais de arbitragem ad hoc, por perdas de lucro resultantes de políticas públicas. Este mecanismo de solução de disputas entre investidores e Estados efetivamente eleva o capital transnacional a um patamar equivalente ao de um Estado-nação e ameaça minar os princípios mais básicos da democracia, tanto na União Europeia quanto nos Estados Unidos.

Hilary, 2014

A ameaça à democracia que tais pressupostos representam tem sido fortemente comentada pelo público, ONGs, empresas, *media* e partidos políticos. A este mecanismo soma-se a política de cooperação regulatória, igualmente criticada por proteger os investidores. Sob a égide da cooperação regulatória possibilita-se que, após a aprovação do TTIP, se possam fazer alterações ao mesmo, no sentido de promover a coerência entre as regulamentações e a supressão de entraves ao comércio.

Para muitos movimentos e eurodeputados, o ICS e a cooperação regulatória são um prenúncio desagradável acerca das consequências do tratado. A somar a isso, sucessivas fugas de informação acerca do tratado têm alimentado o receio público acerca do papel das grandes empresas no TTIP.

Em 2015 uma fuga de informação descobriu que a UE deu à ExxonMobil acesso a documentos confidenciais do TTIP, solicitando o envolvimento da petrolífera no texto do capítulo do tratado relativo à energia. Na notícia que o jornal *The Guardian* publicou acerca desta fuga, lê-se que “Previous leaks of TTIP documents have revealed the EU is pressing for a guarantee in the trade deal that the US will allow free export of oil and gas to Europe, alarming environmentalists who fear imports would impact on the EU’s climate change plans” (Neslen, 2015).

⁹ O ISDS foi amplamente contestado, obrigando a comissão a suspender as negociações em relação ao capítulo do investimento em 2014, para abrir uma consulta pública. Em 2015 a Comissão apresentou uma reformulação do mecanismo arbitral sob o nome de Investment Court System (Corporate Europe Observatory, 2016).

A Comissão europeia negou liminarmente ter enviado quaisquer documentos confidenciais à ExxonMobil e nega favorecer *stakeholders*. Também nega que o TTIP baixe os standards europeus. Não obstante, este e outros *leaks* de documentação têm posto a descoberto elos entre a equipa de negociação para o TTIP e multinacionais.

Em Maio de 2016 a GreenPeace Holanda publicou 248 páginas confidenciais do TTIP¹⁰ que vieram engrossar a oposição pública ao tratado, por corroborarem a cedência de documentos a empresas e a harmonização de legislação para permitir a entrada de produtos controversos, como transgénicos. Jorgo Riss, director da Greenpeace UE, afirmou ao The Guardian “These leaked documents give us an unparalleled look at the scope of US demands to lower or circumvent EU protections for environment and public health as part of TTIP” (Neslen, 2016). A revelação da Greenpeace abalou de tal forma a credibilidade do acordo que lançou a dúvida sobre a sua promulgação. Poucos dias após o *leak*, o presidente francês François Hollande manifestou que vetaria o acordo¹¹.

2.4 CETA, TISA: OUTROS GRANDES TRATADOS DE LIVRE COMÉRCIO

O TISA e o CETA vêm somar-se ao TTIP no corpo de alianças mundiais. O primeiro é um tratado de comércio que entende 23 membros da Organização Mundial do Comércio, entre os quais os Estados Unidos e a União Europeia. O CETA é um tratado entre o Canadá e a União Europeia. Embora não tenha a mesma dimensão que o TTIP, o CETA é-lhe em tudo semelhante. Muitas empresas americanas têm filiais no Canadá, e ratificar o CETA permitir-lhes-ia um grau de liberalização semelhante ao do TTIP¹².

O CETA e TISA não têm a mesma divulgação mediática que o TTIP, mas as fugas de informação acerca do seu conteúdo (levadas a cabo, na sua maioria, pelo WikiLeaks¹³) levaram

¹⁰ Documentos disponíveis em <https://ttip-leaks.org/>

¹¹ Mais informação em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-05-04-Franca-ameaca-chumbar-TTIP>

¹² Os investidores americanos no Canadá podem usufruir do CETA e do mecanismo ISDS/ ICS que consta nele. “Yet even if ISDS is removed from TTIP, its inclusion in the parallel EU-Canada deal (CETA) means that EU states could already find themselves exposed to multi-billion dollar suits from US corporations. If CETA is ratified, over 80% of US-owned companies operating in the EU will be able to make use of the ISDS provisions included within it by virtue of their subsidiaries in Canada. This means that over 40,000 US corporations could already sue European governments” (Hilary, 2015: 15-16).

¹³ Documentos disponíveis para consulta em <https://wikileaks.org/tisa/releases/> e em <https://search.wikileaks.org/?q=ceta>

o movimento Não ao TTIP a considera-los igualmente “preocupantes” por reforçarem as linhas de força do TTIP. Estes três tratados e o TPP são encarados como uma nova geração de parceiras determinadas em instalar um novo “paradigma de poder”.

O TTIP é o maior tratado em termos de dimensão, mas também de contestação, sendo que “As negociações suscitaram um interesse público sem precedentes, em virtude do eventual impacto económico, social e político da PTCI” (Provedor de justiça europeu, 2014). A contestação à volta do TTIP e dos seus congéneres tem engrossado e atrasado as negociações. Os tratados têm sido alvo de um escrutínio atento da sociedade europeia; por toda a Europa existem movimentos contra o TTIP, que incentivam o debate em torno desta temática e promovem iniciativas, como petições e manifestações.

Com a criação da Iniciativa de cidadania europeia¹⁴ contra o TTIP e CETA, em 2014, fomentou-se uma articulação entre movimentos europeus inédita na história da UE. A Iniciativa recolheu 3,4 milhões de assinaturas por toda a Europa, superando o quórum necessário em 23 estados membros, entre os quais Portugal. Apesar de ultrapassar em muito o milhão de assinaturas necessárias para ser considerada, a iniciativa foi rejeitada com a justificação de as exigências da mesma estarem fora da competência da Comissão (Comissão Europeia, 2014). A recolha das assinaturas criou a aliança europeia STOP TTIP, que aglomera mais de 500 entidades, entre as quais a Plataforma Não ao TTIP de Portugal.

Entre as ações europeias de maior dimensão destacam-se também manifestações que juntaram milhares de pessoas pela Europa (uma das maiores reuniu 250 mil manifestantes em Berlim, em Outubro de 2015. Outra manifestação, em, Hannover teve 90 mil pessoas em Abril de 2016 – números da organização).

Destaca-se ainda outra iniciativa de sucesso a nível europeu, que é a “TTIP free zones Europe”. Esta iniciativa parte de unidades administrativas locais, que através de uma moção declaram a sua preocupação acerca das negociações dos tratados de livre comércio e declararam-se “Zona Livre de TTIP e CETA” como forma de protesto. As zonas ficam registadas no site oficial da iniciativa. Existem mais de 1900 zonas que embarcaram neste protesto. A cidade de Barcelona é dos exemplos mais notáveis. Em Portugal, Évora, Palmela, Caneças e Ramada são as únicas “zonas livres” do acordo, mas há propostas em preparação noutros municípios e freguesias.

¹⁴ A iniciativa de cidadania europeia é um “convite para que a Comissão Europeia apresente uma proposta legislativa”, considerado quando a mesma supera um milhão de assinaturas, tal como consta no registo oficial online em <http://ec.europa.eu/citizens-initiative/>

Note-se que a aprovação deste tipo de moções não impacta na negociação ou aplicação do acordo. É um acto simbólico que está em crescimento e que pode surtir impacto político. É uma reclamação espacial e uma reivindicação de poder local em simultâneo, interessante do ponto de vista da mobilização civil política.

Em Portugal a Plataforma Não ao Tratado Transatlântico é responsável pela maior parte da mobilização contra os três tratados de livre comércio. A plataforma funciona articulada com a aliança europeia STOP TTIP e aglomera pessoas e organizações de várias proveniências: existem ligações a organizações ambientalistas, ONGs várias, sindicatos, partidos políticos, ordens profissionais, etc. No capítulo 4 é apresentado o estudo de caso acerca desta plataforma. Antes disso, é exposta a metodologia que o guiou.

3. METODOLOGIA

Para responder às questões de investigação que orientam esta pesquisa recorreram-se a três fontes principais: entrevistas, observação participante de eventos e análise formal de redes. Somam-se a estes a leitura e análise dos conteúdos online produzidos pela plataforma.

A nível metodológico são utilizados dados qualitativos e quantitativos. Esta incorporação de métodos inclui-se numa estratégia mista (*mixed methods research*). “This type of research should be used when the nexus of contingencies in a situation, in relation to one’s research question(s), suggests that mixed methods research is likely to provide superior research findings and outcomes” refere Johnson *et. al* (2007: 129).

O desenho da pesquisa seguiu as seguintes etapas:

1. Contactos iniciais e observação participante

O primeiro contacto com o tema em estudo foi através da participação em eventos onde se estabeleceram contactos exploratórios com os organizadores. Entre Novembro de 2015 e Maio de 2016 frequentaram-se um leque de eventos onde a plataforma marcou presença: uma conferência sobre soberania alimentar, a marcha do clima, a marcha da justiça climática, uma conversa na galeria Verney e a Marcha do 1º Maio. Nestes contextos de observação procurou-se conhecer o perfil dos participantes, estabelecer contactos para as entrevistas e conhecer os argumentos e motivações dos membros da Plataforma.

2. Análise exploratória do site e das redes sociais da plataforma

Os conteúdos providenciados no *website* da plataforma foram alvo de uma leitura atenta e de uma análise exploratória. O conteúdo disponível no *Facebook* também foi analisado de forma exploratória. A plataforma tem um *Twitter* oficial, mas este foi excluído da análise por ter pouca utilização; os conteúdos que exhibe são somente as atualizações automáticas provenientes da sincronização com o *site* oficial. A janela temporal da análise destes conteúdos compreende o período de Setembro de 2015 a Maio de 2016.

3. Análise Formal de Redes Sociais

O estabelecimento de redes online é uma característica definidora dos movimentos sociais actuais; na plataforma em estudo o *Facebook* é a plataforma social mais utilizada e protagoniza um papel essencial na articulação da rede de relações. Reconhecendo essa importância recorreu-se a uma metodologia de análise formal de redes para extrair a rede de relações da página oficial

da Plataforma Não ao TTIP em Portugal, intitulada “O que esconde o TTIP?”. Os diagramas foram gerados recorrendo à aplicação *Netvizz* (v1.3) e ao *software Gephi* (v0.9.1) disponíveis em regime *open source*. O grafo e alguns *close-ups* do mesmo estão disponíveis no anexo E.

O grafo resultante expressa a rede de “gostos” na página, ou seja, a relação das páginas conectadas pelos “gostos” entre elas. As páginas patentes nos grafos são páginas públicas e não perfis pessoais¹⁵. A análise de redes sociais ilustra o tipo de conexões que são estabelecidas entre pessoas, entidades ou comunidades – que a nível gráfico se representam como nós (*nodes*, em inglês) e laços (*ties/ edges*). Cada página é um nó, e cada conexão é um “gosto” que ela estabeleceu para com a página “O que esconde o TTIP?”.

No âmbito da análise formal de redes foi usado um algoritmo de modularidade para detectar sub-comunidades entre as páginas conectadas à plataforma. Uma sub-comunidade (ou *cluster*) caracteriza-se por um aglomerado de nós fortemente conectados entre si. Detectaram-se três núcleos principais: um que reúne páginas relacionadas com ambientalismo, outro de páginas “Não ao TTIP” internacionais e outro de páginas relacionadas com movimentos cívicos sociais e precariedade no trabalho.

A análise de redes providencia indicadores estatísticos e representações gráficas que são centrais para a compreensão de dinâmicas sociais, nomeadamente para ilustrar a pluralidade de actores e detectar sub-comunidades entre as páginas conectadas à Plataforma. Esta análise é apresentada no capítulo 4.2.

4. Entrevistas

Tendo em conta a diversidade de relações da plataforma, considerou-se relevante estabelecer uma amostra com potencial de representar essa multiplicidade. A amostragem de entrevistados foi efectuada atendendo às três sub-comunidades detectadas na análise de redes, de forma a incluí-las todas. Os sete entrevistados seleccionados têm diferentes níveis de experiência de activismo, pertenças e afinidades heterogéneas, mas convergentes. As entrevistas (guião disponível no anexo D) foram de carácter semi directivo e presencial (com excepção de uma, que se realizou por telefone).

A análise de conteúdo das entrevistas seguiu uma matriz de análise temática, em correspondência com as dimensões de análise referidas na introdução.

¹⁵ A 30 Abril de 2015 a política de privacidade do Facebook eliminou as conexões pessoais dos APIs. Por motivos técnicos e éticos a aplicação que exporta a network da página, a *Netvizz*, exclui as redes provenientes de perfis pessoais na extração da relação de “gostos” numa página. Em <http://bit.ly/1IXBi9b>.

4. A PLATAFORMA NÃO AO TTIP: ANÁLISE DE UM ESTUDO DE CASO

Neste capítulo procede-se à análise dos dados recolhidos no contexto da investigação, procurando relacioná-los com os objectivos da investigação. O estudo de caso compreende os seguintes pontos: elementos controversos acerca dos tratados de livre comércio, dimensão organizativa da plataforma, dimensão comunicacional e perfis e motivações dos seus elementos.

4.1 PRINCIPAIS TEMÁTICAS EM DEBATE NA PLATAFORMA NÃO AO TTIP

Este subcapítulo expõe quais são os temas em causa na contestação na actividade da Plataforma Não ao TTIP. No enquadramento deste movimento (capítulo 2), foi efectuado um enquadramento da actividade da Plataforma, caracterizando dos tratados e a evolução da recepção pública dos mesmos. Foram ainda desenvolvidos alguns dos tópicos mais polémicos em torno do tratado. Conforme se verificou, o TTIP encabeça a luta da plataforma, mas a mesma insurge-se contra dois outros tratados de livre comércio em que a UE está envolvida, que são o TISA e o CETA.

De acordo com informações recolhidas no *website* da Plataforma e em folhetos que a mesma disponibilizou, as razões contra o TTIP, CETA e TISA podem ser sistematizadas da seguinte forma:

Ameaça à Democracia e à Cidadania

O *Investment Court System* (ICS) dá às corporações o poder de processar os estados por perdas de lucro, tornando-se num mecanismo judicial que se sobrepõe às jurisdições nacionais. “Passa a ser legal processar um estado em situações como a de aumentar o ordenado mínimo ou aprovar legislação que proteja a água ou o solo da poluição industrial”, exemplifica a Plataforma no seu manifesto. A Plataforma alega ainda que as negociações para o tratado são secretas e pouco transparentes, e que enquanto os lóbis empresariais têm influência nas mesmas o público é arredado. Outro argumento é a expectativa de que o modelo liberalizado que os tratados de livre comércio impõem resultariam na privatização de sectores de interesse público como a água, os resíduos, a energia e a saúde. Após a aprovação de um destes tratados é difícil que um país altere as suas políticas internas, ficando acorrentado a um sistema em que o regime parlamentar nacional perde relevância.

Segurança Alimentar

O sector agropecuário nos Estados Unidos é liberalizado e tecnologicamente avançado. O cultivo de transgénicos, o uso de pesticidas e herbicidas e o recurso a hormonas e antibióticos no gado e na agricultura, é recorrente. A legislação europeia é mais cautelosa e regulada. A plataforma defende que a harmonização regulamentar está implicada no TTIP e o CETA permitiria a entrada de produtos alimentares duvidosos e baixaria os *standards* europeus, constituindo uma ameaça à segurança alimentar. O aumento de patentes sobre sementes aumentaria, dificultando a produção sustentável.

Saúde pública

A somar ao impacto na saúde que se prevê com o consumo de produtos alimentares produzidos com métodos agressivos e pouco sustentáveis, a Plataforma exprime preocupação em relação à possível privatização de serviços de saúde e à extensão de patentes que encareceriam os preços de medicamentos e serviços médicos e farmacêuticos.

Proteção Climática e ambiental

“A harmonização dos regulamentos baixará os níveis de protecção ambiental permitindo, por exemplo, o *fracking* (gás de xisto) na UE. Devido ao ISDS/ICS os recursos naturais deixarão de ser protegidos face aos interesses de maximização de lucros empresariais”, resume a Plataforma no seu manifesto.

Economia e Empregabilidade fragilizados

As consequências de lidar com um mercado liberalizado passam por um aumento da competitividade e uma desregulação das normas laborais. Estima-se um aumento da precariedade no trabalho e mais desemprego. As empresas de menor dimensão podem não conseguir competir com os custos de produção mais baixos que os EUA praticam. O risco de especulação financeira é maior, podendo provocar uma crise económica como a de 2008.

Privacidade Pessoal

No seu manifesto, a plataforma resume que: “Serão reintroduzidos elementos centrais do Acordo Comercial Anticontrafacção (ACTA), projecto já rejeitado pelo Parlamento Europeu, na sequência de largos protestos populares. Tal permitirá aos fornecedores de serviços NET espiar e comercializar os dados dos utentes”.

Resto do Mundo

Teme-se ainda que haja efeitos nefastos para o resto do mundo; os países pobres podem experimentar repercussões económicas por estarem alienados e verem-se obrigados a encetar tratados de comércio que não apoiam o seu desenvolvimento.

4.2 DIMENSÃO ORGANIZATIVA

Esta seção providencia uma análise da estrutura da Plataforma Não ao Tratado Transatlântico, nomeadamente no que diz respeito aos actores colectivos que a formam (estrutura), das dinâmicas relacionais que estabelece no *Facebook* (redes) e das actividades que desenvolve (Acção).

Estrutura

A plataforma foi fundada em 2014 através de dois jovens activistas e tem vindo a somar parceiros. De acordo com o *site* oficial da plataforma, o corpo constituinte aglomera 37 entidades apoiantes. A figuração das entidades na lista de apoiantes não implica que exista um envolvimento activo das mesmas. De facto, apenas algumas delas registam colaborações com as actividades da plataforma.

A natureza das entidades é heterogénea. Encontram-se colectivos (habita, artigo 74), uma ONG ambiental (Gaia), uma ONG de Desenvolvimento (CIDAC), movimentos comunitários (Tavira em Transição), associações (Precários inflexíveis, academia cidadã, Opus Gay, ANSOL, AVE) blogues (Bioterra, Grupo de Portugal para análise crítica ao Acordo UE-EUA (TTIP)), sindicatos (FENPROF, SPN, SPGL, SPRC), grupos de activistas (Climaximo, Gás natural não), plataformas (Transgénicos Fora, Plataforma Portuguesa das ONGs para o Desenvolvimento, Plataforma Algarve Livre de Petróleo), hortas ecológicas (Quinta dos 7 nomes, Horta comunitária do Barreiro) e várias articulações internacionais (por exemplo, o Observatório *Corporate Europe*, o movimento *Occupy London*, ou a rede internacional *Seattle to Brussels Network*).

A somar à lista existem colaborações pontuais (nomeadamente através da dinamização de debates) por parte de entidades, movimentos ou pessoas. É exemplo disso a livraria Galeria Verney, o Sindicato dos Magistrados do Norte e o partido Os Verdes.

Note-se ainda que a Plataforma funciona como membro da Plataforma STOP TTIP Internacional, que está sediada em Berlim. Esta aliança agrupa outros movimentos Não ao TTIP europeus e é responsável pela dinamização de planos de actividades conjuntos.

Redes

O *Facebook* é a rede social mais usada pela Plataforma Não ao TTIP. Para obter uma compreensão da abrangência das relações e dinâmicas da rede da plataforma, foi extraída a rede da mesma recorrendo ao *Gephi*, tal como se encontra na figura 4.2.1.

A página aglomera dezenas de nós, que estão relativamente interconectados entre si. Esta análise centra-se na relação de nós articulada pelas páginas públicas de *Facebook*. Cada página é um nó, e cada conexão é um “gosto” que ela estabeleceu para com a página “O que esconde o TTIP?”.

É efectuado um estudo da rede e dos seus principais actores em Maio de 2016. São confrontadas várias medidas de coesão, centralidade e poder para aferir as características do corpus da rede.

Quadro 4.2.1 - Medidas de Poder e Centralidade em Maio de 2016

Métrica	Resultados
Total de nós	159
Densidade	0,051
Diâmetro	4
Modularidade	0,43
Número de comunidades	5

Fonte: Elaboração própria, dados extraídos do Facebook pelo Netvizz

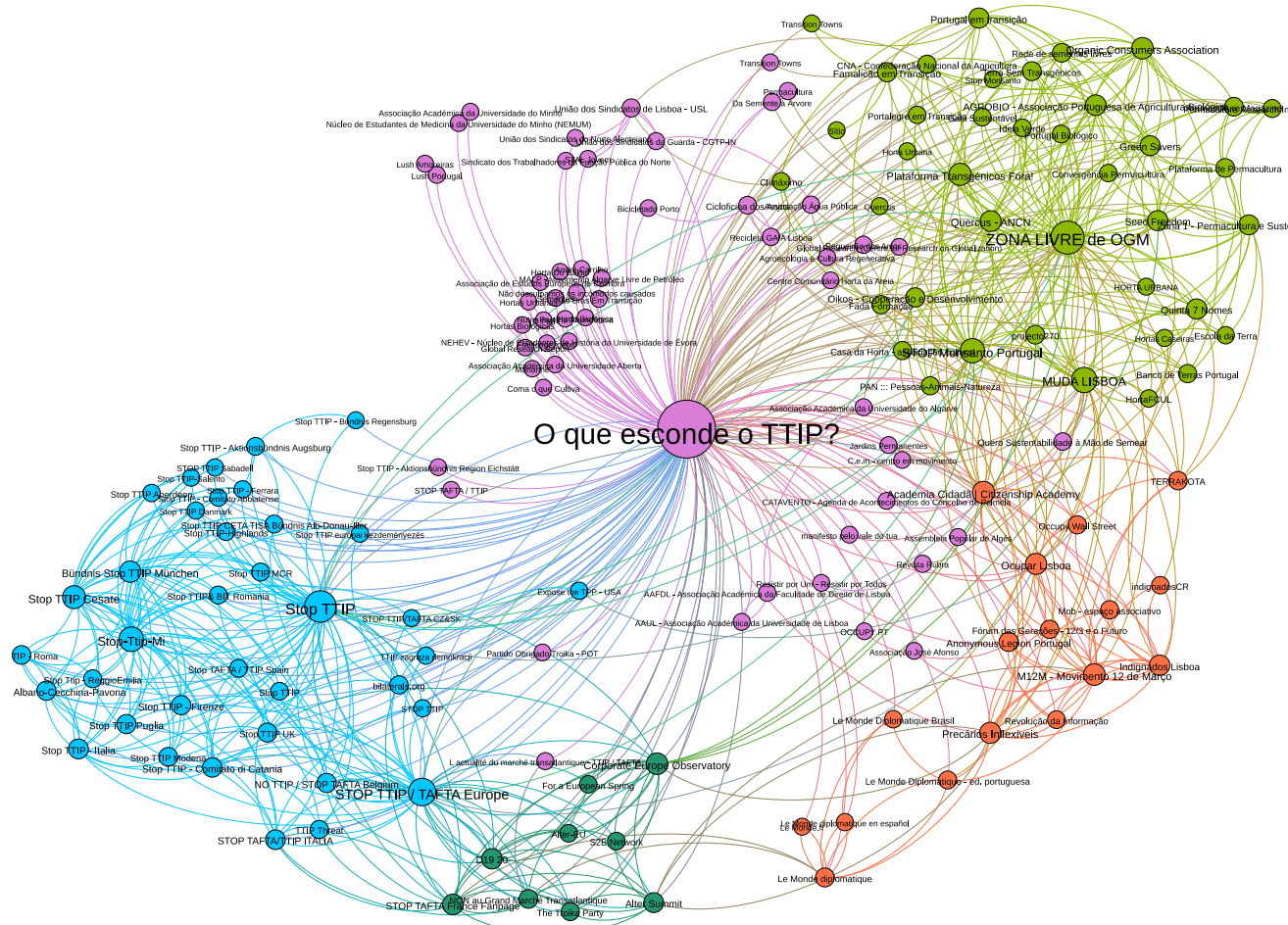
A rede aglomera 159 actores (nós). A proporção de densidade entre eles é de 0,051, segundo a análise do *software*. Esta medida apura a relação entre os laços existentes e os que poderiam existir (Combe *et al.* 2010), numa escala de 0 a 1. O resultado aponta que a rede é dispersa, pouco densa. O diâmetro da rede indica que o caminho máximo entre dois actores é de 4 nós. Os dados reflectem que a comunicação entre os actores da rede podia ser mais eficiente, pois a interconexão entre eles tem margem para crescimento.

Nas redes formam-se sub-comunidades, módulos ou *clusters* nos quais a densidade de conexões é abundante dentro do subgrupo, mas fraca fora do mesmo. Esta tendência é medida pelo Gephi através de um algoritmo de modularidade, em que valores superiores 0,4 são considerados significativos. No período em análise o índice de modularidade é 0,43 e foram detectados 5 *clusters* (quadro 4.2.1).

A formação destes módulos ilustra que a comunidade da plataforma é pouco densa no geral porque se agrupa em função de *clusters*. Esta dinâmica pode facilitar o fluxo de informação dentro do *cluster* e apelar a outros actores que se identifiquem com as características do *cluster* para integrar a rede. Por outro lado, a inserção num destes subgrupos coesos pode dificultar a comunicação com actores de outros *clusters*. Em seguida, são abordadas as características dos subgrupos existentes com auxílio de um diagrama (grafo).

Para facilitar a leitura visual do grafo da rede, foi aplicado um *layout* filtrado pela modularidade, em que cada módulo apresenta uma cor diferente. Esta rede, sendo relativamente pequena, permite detectar facilmente os *clusters* que existem em redor da página. A página em análise está no epicentro do grafo, donde partem linhas que a relacionam aos restantes nós (que são as demais páginas) (Figura 4.2.1).

Figura 4.2.1- Grafo da Rede Social “O que esconde o TTIP” - Páginas de Facebook conectadas em Maio 2016. *Close Ups* disponíveis no anexo E.



Fonte: elaboração própria, dados extraídos do Facebook

Uma leitura visual rápida permite aferir que, dentro dos cinco módulos detectados, se destacam três: o azul à esquerda, e o verde claro no cimo lado direito e o laranja imediatamente abaixo.

Um dos clusters em destaque aglomera as páginas internacionais contra o tratado, fortemente conectadas entre si (representado a azul no lado esquerdo da figura 4.2.1). Entre as páginas deste cluster estão: *Stop TTIP*, *Stop-Ttip-Milano*, *STOP TTIP / TAFTA Europe*, *Bündnis Stop TTIP München*, entre outras. Este módulo deixa a olho nu uma família de páginas do

mesmo cariz, que funcionam em ação organizada em vários pontos da Europa contra o tratado transatlântico.

Outra comunidade em destaque é a que se localiza no lado direito do grafo (figura 4.2.1). Neste módulo de ligações as páginas com maior *degree* (número de conexões que provêm/afluem do nó) são: *Zona Livre de OGM*, *STOP Monsanto Portugal*, *Plataforma Transgénicos Fora!*, *Quercus*, *Ideia Verde*, *Plataforma de Permacultura*, *Rede de sementes livres* e *Organic Consumers Association*. Este módulo é mais heterogéneo e geograficamente sediado em Portugal (na maioria). Nele distinguem-se páginas contra os OGM e transgénicos, redes ambientalistas, de agricultura e permacultura.

Na figura consta ainda um módulo laranja onde figuram movimentos sociais ligados às manifestações contra a austeridade em Portugal que eclodiram em 2011, conhecidas por usarem as redes sociais como ferramentas de mobilização. São exemplo disso o *M12M* e a *Academia Cidadã*, ambos nascidos do protesto “Geração à Rasca”. No módulo figura ainda o *Indignados Lisboa* e os *Precários Inflexíveis*.

Na sua heterogeneidade, os clusters revelam traços epistémicos que os unem. À semelhança de uma rede de amigos pessoal, a configuração de uma instituição no Facebook revela comunidades formadas em volta de pontos em comuns: afinidades políticas, de ideias, geográficas ou outros aspectos que ligam os intervenientes.

Acção

Os entrevistados notam que a estrutura operativa da plataforma não funciona tanto pelos seus membros colectivos mas sim através dos indivíduos que lhe dedicam o seu tempo. O núcleo activo da plataforma contém cerca de 15 pessoas. O grupo reúne quinzenalmente numa das organizações que fazem parte da plataforma.

“Nós reunimos geralmente de 15 em 15 dias, discutimos as tarefas que há para fazer, as pessoas oferecem-se para fazer as tarefas são distribuídas e pronto, depois avalia-se o que correu bem ou mal. Até agora temo-nos dado bem com este sistema. Os jornalistas por vezes surpreendem-se com o facto de não existir um coordenador”, explica Guilherme, um dos membros entrevistados.

A plataforma não ao TTIP assume-se com uma configuração horizontal, sem líder ou corpo dirigente. Os entrevistados confirmam que esta forma organizativa é atípica e, em certa medida, utópica. A horizontalidade é um ideal, e embora não exista um coordenador geral existem responsáveis por dinamizar e dirigir as tarefas. As decisões sensíveis são tomadas por votação presencial ou online (via Doodle).

A agenda da plataforma é conjugada com o calendário da plataforma internacional, com a qual estão em comunicação constante. A maior parte das actividades públicas são conferências, debates e conversas de esclarecimento, conforme explica André.

Fazemos muitos debates, organizados ou co-organizados por nós. Tivemos sessões na Academia Cidadã com documentários. Ações directas fazemos pouquíssimas porque há falta de pessoas para pensar em ações e fazê-las. Fazemos ações de sensibilização e trabalhamos muito por email. Usamos uma ferramenta online que é o *Titan pad*, basta colocar um texto e ele é editável sem teres que te logar ou registar. Conseguimos fazer textos muito rapidamente, damos um *dead line* de dois dias para cada um dar as suas sugestões.

André, Academia Cidadã

A plataforma marca presença e colabora em eventos públicos, como manifestações (Marcha do Clima, Marcha da Justiça Climática, Manifestação de 25 de Abril e Manifestação do 1º Maio). Nestes eventos a plataforma distribui folhetos informativos sobre a sua actividade e apela ao envolvimento dos cidadãos nesta questão.

A nível de intervenção política a plataforma interpela directamente os políticos, por carta, email ou em eventos. A plataforma também enviou e-mails a todos os eurodeputados e partidos políticos, e logrou reunir com alguns deles. Têm o apoio dos Verdes (PEV), do PAN, do Livre, do MAS e do Bloco de esquerda. O PCP é contra o tratado, mas opta por não colaborar com a plataforma. Uma das ações mais recentes da plataforma foi o lançamento de uma petição online pelo debate e decisão do CETA na AR¹⁶, com o apoio do PEV.

No âmbito político local a plataforma tem dinamizado a ação “Zona livre de TTIP e CETA” no território nacional, já referida na seção 2 como uma das iniciativas europeias contra os tratados com mais sucesso. Trata-se de um programa europeu em que uma unidade administrativa local— como uma freguesia ou um município – aprova uma moção onde se declara que não compactua com os tratados de livre comércio que se pretendem ratificar, declarando-se uma “Zona Livre de TTIP”. Todas as zonas figuram no *site* “Free TTIP zones”.

Penetrar na esfera mediática portuguesa tem sido uma das dificuldades da plataforma. Todos os entrevistados sublinharam o desinteresse dos *media* pelo debate em redor do TTIP e dos tratados de livre comércio e alegaram a existência de uma agenda empenhada em esconder o

¹⁶ A petição está disponível em <http://peticaopublica.com/mobile/pview.aspx?pi=PT80877>

TTIP, CETA e TISA do escrutínio público. A acusação que Guilherme exprime no trecho abaixo sintetiza a visão dos entrevistados acerca do tratamento mediático que recebem.

Só começou a haver interesse dos *media* a partir dos papéis da Greenpeace. Mas antes havia um *blackout* quase completo. Havia uma ou outra referência, mas as poucas que haviam não eram de jornalistas. Eu dei duas entrevistas à Lusa, foram filmadas, não saiu nenhuma. Quando interpelamos os jornalistas dá a ideia que há forças que não querem que isto seja discutido. É evidente que há um controlo por conta dos proprietários dos meios. Há um boicote claro.

Guilherme

4.3 DIMENSÃO COMUNICACIONAL

Esta seção pretende discriminar os *media* que a plataforma contra o TTIP usa na sua actividade, bem como pesar a importância dos mesmos para o sistema de comunicação interno e externo. A Internet surge como um *medium* primordial por articular vários meios em si mesma.

A nível interno os entrevistados confirmam que a comunicação digital é amplamente utilizada; os encontros presenciais são quinzenais, mas a presença online é constante. Os membros comunicam entre si por email, *Facebook* e telefone. Usam também a plataforma *Doodle* para votações e o *Titan Pad* para escrever textos em conjunto. Dispõem de uma *drive* online onde armazenam actas, folhetos, fotos e documentos.

A comunicação com as associações e movimentos e com a plataforma Internacional é feita principalmente via e-mail. Ocasionalmente reúnem por videoconferência com a Plataforma Internacional STOP TTIP.

As duas principais vias de comunicação com o público (externa) são o *website* e o *Facebook* que foram criados pela Plataforma. Existem alguns indivíduos responsáveis por actualizá-los com informação sobre eventos nacionais e internacionais, notícias e artigos de opinião. A plataforma usa ainda uma *mailing list*, composta por pessoas da sociedade civil, para divulgar os próximos eventos. Existe também um *Twitter*, que é atualizado automaticamente quando alguém escreve artigos novos no *Website*. Os membros revelam usar esta ferramenta com pouca frequência.

Ainda a nível de comunicação externa somam-se ainda os eventos de divulgação, como conferências e debates, e a distribuição de folhetos, livros e autocolantes. São distribuídos em

eventos, ou deixados em lugares estratégicos (como universidades e paragens de autocarro). Para além disso existem vários locais no país, como livrarias, cafés e associações, que agem como pontos de informação e têm este tipo de material disponível para consulta pública.

Todos os membros concordam que a Internet detém um papel importante para a actividade e desenvolvimento da plataforma. Tal como foi apontado na secção anterior (4.2) a plataforma tem uma estrutura organizativa horizontal, sem líderes. Para essa estrutura ser possível, os indivíduos socorrem-se das ferramentas digitais acima referidas, que facilitam a comunicação e a tomada de decisões. As redes sociais detêm um papel importante na equação.

O Facebook é uma espécie de o nosso jornal. É a forma de chegarmos ao grande público. O impacto depende da visibilidade que a página tem, da popularidade dos assuntos. Mesmo as “plataformas” têm a ver com a Internet, este formato de organização não existia antes. A horizontalidade é um produto da Internet.

Maria

De acordo com os entrevistados, de todos os meios a que recorrem é o *Facebook* que tem mais sucesso para sensibilizar e mobilizar as pessoas. Maria é uma das pessoas que o gere, e mostra-se satisfeita com o crescimento do mesmo: em Junho de 2015 a página tinha 2627 “gostos”, e um ano depois o valor duplicou para 5402 (dados extraídos pela própria). No excerto acima Maria argumenta que a Internet possibilita estruturas organizativas horizontais, como as plataformas.

4.4 PERFIS E MOTIVAÇÕES

Nesta seção encontram-se os perfis e os percursos dos sete entrevistados. Na impossibilidade espacial de anexar todo o conteúdo das sete entrevistas realizadas, procedeu-se ao resumo dos aspectos biográficos dos entrevistados, para facilitar a análise dos seus perfis. Estão disponíveis no anexo C. Os nomes são fictícios para proteção da identidade dos indivíduos. Os perfis atentam nos seguintes aspectos: i) trajetórias de activismo, ii) motivos para a incorporação na plataforma e iii) razões pessoais para a oposição ao TTIP.

Os entrevistados são activistas na Plataforma Não ao TTIP e fazem parte do núcleo das 15 pessoas activas que a compõem. Tal como referido anteriormente, foram seleccionados de forma a abranger os três principais *clusters* detectados pela análise de redes; um dos entrevistados é activista contra os tratados de livre comércio na Suécia, dois pertencem à Academia Cidadã,

dois ao GAIA, um aos Precários inflexíveis e um integra o partido político MAS e é voluntário na Fábrica de Alternativas de Algés.

A nível sociodemográfico a maioria reside na área de Lisboa, com excepção da activista sueca (Augustine). Cinco dos entrevistados completaram formação superior e dois detêm o ensino secundário. As idades estão compreendidas entre os 25 e os 66 anos.

A pluralidade de afinidades e ideologias entre os entrevistados encontra no TTIP uma convergência notável; todos os entrevistados demonstraram ter um profundo conhecimento acerca do tratado e das suas implicações políticas, sociais, económicas e ambientais. Revelaram também conhecimento acerca dos outros tratados de livre comércio, como o CETA, o TISA, o TPP e o NAFTA. Todos se consideram activistas numa perspectiva multi participativa, colaborando em mais que um projecto voluntário em simultâneo e frequentando eventos e manifestações diversas.

Sandro, Augustine, André e Pedro são os activistas mais jovens entre os entrevistados (25, 29, 31 e 32 anos, respectivamente). Para o primeiro foi a “falta de consciencialização que sentia ao meu redor” que o levou a entrar na ONG GAIA. André esclarece que estava farto de se sentir um espectador de injustiças, e que foi isso que o incitou a participar na Academia Cidadã. Augustine migrou da plataforma contra o TTIP sueca para a portuguesa porque acredita que este é um problema global. “We need a democratic say about the development in the world. It is not something for government to decide and it’s not something for companies to decide about. It’s for us, as people of different countries”, explica a jovem.

Sandro, para além de activista, é jurista. A sua formação e os seus interesses políticos e ecológicos levaram-no a ter contacto com tema do TTIP nos seus primórdios, a escrever um blogue sobre o assunto e a informar vários colegas sobre o teor preocupante do conteúdo do tratado. Ele foi um dos fundadores da plataforma. André e Pedro tiveram conhecimento acerca do tratado através da Academia Cidadã e sentiram que deviam ajudar a travar este os demais tratados de livre comércio porque não pretendem compactuar com o “negócio” capitalista que eles propõem. Para António, dos Precários Inflexíveis, foi a proteção do ambiente que o levou a contestar os tratados de livre comércio.

O sentido político é importante para Guilherme (66 anos) e Maria (62 anos). Ambos estiveram envolvidos na luta contra o salazarismo em Portugal e têm um passado de activismo rico e multifacetado. Guilherme descobriu o TTIP no seguimento de leituras sobre economia e capitalismo moderno, e integrou o movimento na sua fase inicial por considera-lo uma ameaça à europa e à democracia. Maria ouviu falar da plataforma Não ao TTIP na Academia Cidadã, e sentiu que se devia envolver pelo mesmo motivo.

A ameaça à democracia que o TTIP e os tratados de livre comércio representam é, para eles, um ponto chave. “Isto é uma espécie de tratado de Tordesilhas”, reflecte Maria, referindo-se aos EUA. “Se isto for para a frente as grandes corporações, sobretudo americanas, ficam a mandar no mundo. Neste momento os governos já mandam pouco, é o sistema financeiro internacional que manda. Mas ainda vão mandar menos, porque tudo se vai fazer em função dos lucros”. Maria critica o facto de os negociadores europeus para o TTIP serem “funcionários não eleitos”, que, informa ela, negociam com lobistas poderosos e desprezam a crescente contestação pública.

À semelhança de Maria, todos os entrevistados endereçaram a vertente da democracia como um dos pontos críticos do TTIP. A interpretação dos entrevistados é que os tratados de livre comércio beneficiam as grandes empresas e sufocam as demais, impondo um modelo económico ultra liberalizado em que os cidadãos e os países não podem intervir. Maria chama-lhe “Tratado de Tordesilhas”, António apelida-o de “golpe de estado global”. Guilherme resume que “este e os demais tratados de livre comércio significam a criação de um novo paradigma de poder internacional, transnacional acima de todas as instâncias de poder que nós conhecemos”.

Quatro dos entrevistados consideram que a inserção do *Investment Court System* (ICS) no TTIP e no CETA é um dos aspectos mais preocupantes. Para Guilherme, o perigo para a democracia, soberania e cidadania é confirmado tanto pela criação do ICS como pelo mecanismo de cooperação regulatória. Este mecanismo permite alterar os trâmites do TTIP após a promulgação. “Ou seja, vai sendo alterado ao sabor dos interesses corporativos que estão representados nesses gabinetes e o cidadão e os governos nada podem fazer”, critica o activista. O impacto deste tratado em Portugal seria negativo, argumenta ele. “Nós sabemos o que acontece às economias mais débeis em face destes tratados em que a concorrência fica exacerbada”, alega, exemplificando com o desemprego e a pobreza criados pelo NAFTA.

Todos os inquiridos revelaram-se concordantes em relação ao dano democrático e à necessidade de oposição cidadã. Por outro lado, os activistas demonstraram atribuir pesos diferentes às implicações ambientais e alimentares. Pedro, ambientalista do GAIA, afirma que o TTIP iria ajudar a destruir o planeta. A produção de alimentos transgénicos, o uso de hormonas e antibióticos no gado e o recurso a químicos controversos por parte dos EUA são factores que preocupam vários dos membros da plataforma. “São uma série de produtos que são proibidos na Europa, e o tratado irá abrir esse mercado europeu às companhias Americanas. Vai dar uma passadeira vermelha a todas elas para fazerem tudo quanto quiserem”, comenta António, dos Precários Inflexíveis, criticando ainda a abertura de mercado propiciada às

empresas de exploração de petróleo e de gás. “A parte ambiental a mim move-me muito e acho que tem que mover a todos, porque esta é a nossa casa”, refere André, da Academia Cidadã.

Sandro, activista do GAIA e membro fundador da plataforma, relativiza estes argumentos. “Sendo honesto, grande parte das medidas legislativas que nós antevemos já estão implementadas em Portugal. Temos os transgénicos, temos os produtos com hormonas, a questão do *fracking*. A lógica do TTIP e do CETA seria mais de cristalizar o que já existe e blindar através da lei”, sumariza.

5. CONCLUSÃO

As temáticas sensíveis em torno do TTIP são um reflexo da percepção de risco, que se acumula em torno de arestas já conhecidas. Os riscos percebidos pela aplicação do tratado são concordantes com muitos dos riscos que associados à globalização, nomeadamente o crescimento da desigualdade, o impacto ambiental, a precariedade no trabalho e as formas de exercício da democracia e de cidadania. Estes debates têm sido recorrentes em especial desde o ano 2000, altura em que o movimento de globalização alternativa cresceu.

A plataforma mostra muito cepticismo em relação às instituições europeias. Isso expressa a descredibilização que as instâncias da UE têm vindo a obter e confirma a perspetiva de autores como Estanque, Costa e Soeiro (2013), que alegam uma crise de legitimidade das mesmas.

À semelhança da onda de alguns protestos recentes, como as manifestações contra a austeridade em Portugal, os Indignados ou até a Primavera árabe, a Plataforma não tem um líder nem um porta voz. A estrutura horizontal com que operam, alicerçada por plataformas online, dispensa a nomeação de um dirigente. “Porque eles são uma rede de redes, conseguem não ter um centro de identificação, e ainda assim assegurar funções de coordenação, bem como a deliberação, pela interação entre os vários nós”, comenta Castells em relação aos movimentos sociais em rede (2013: 216), numa aproximação totalmente aplicável ao movimento em questão. Note-se ainda que esta estrutura pode ser um espelho de uma desconfiança enraizada em relação a quadros e figuras políticas dirigentes.

A configuração em plataforma, sendo uma “rede de redes” que permite aglutinar associações e ONGs de vários tipos, exprime preocupações comuns e promove convergências em rede.

Utilizando a análise de redes, percebe-se que este movimento em Portugal promove a convergência de vários grupos e organizações de áreas de interesse similares, provocando *clusters* ao seu redor. A representação internacional é notável, demonstrando uma articulação e uma vocação transfronteiriça.

“Friendship networks often cluster around significant places in a user’s life, e. g. geographies or institutions such as high school, university, workplaces, clubs, and so forth”, observa Rieder (2013). Este conceito de comunidade indicado por Rieder na análise de redes, verifica-se na página de *Facebook* em questão. Na página “O que esconde o TTIP?”, as comunidades aglomeram-se segundo a sua motivação (agrícola, social, política, mediática) e segundo a origem geográfica. As configurações por *cluster* levantam o véu de comunidades

epistémicas mais ou menos definidas; as comunidades epistémicas estão ligadas entre si por ideias partilhadas sobre conhecimento, valores, expectativas ou medos. Ou seja, elas partilham uma *frame* conceptual (Grewal, 2008: 282- 289).

Os mesmos lugares comuns que propiciam a formulação de módulos limitam o acesso à informação fora dos mesmos; os intervenientes têm tendência a partilhar conteúdos que estão dentro da *frame* conceptual da sua rede. Nas redes sociais, o conteúdo tem o poder de sobrevoar e penetrar em comunidades. No espaço entre *clusters* as conexões são menos e podem ser débeis, mas são nesses fluxos que o conteúdo migra de um módulo a outro. A velocidade da partilha, o número de *clusters* que atinge e o grau de conexão dos nós entre as comunidades funcionam juntos para guiar a informação entre os actores sociais online.

A análise de redes, ao expor a existência de *clusters*, expõe também a existência de convergências ideológicas, concretizadas pela rede de redes que é a Plataforma. Ela permitiu unir várias sub-comunidades sob a sua alçada. Esta articulação demonstra a ênfase da sociedade em rede “to organizational transformation, and to the emergence of a globally interdependent social structure” (Castells, 2004). Ter conexões significa ter mais poder na rede e potenciar as mensagens.

As iniciativas da Plataforma em Portugal funcionam tanto no meio online como no exterior. As petições, comunicações por mail e outras plataformas e sensibilização em redes sociais são vertentes online importantes. A nível exterior a plataforma manifestou-se e juntou-se a manifestações e marchas nacionais e promove debates e conversas.

Castells (2013) defende que os movimentos sociais de hoje funcionam numa intersecção entre o espaço online das redes sociais e a ocupação do espaço físico, criando um espaço simbólico. A intersecção de espaços consente aos movimentos “(...) ensaios de soberania para encontrar e recuperar os seus direitos de representação, os quais foram capturados pelas instituições políticas” (ibidem: 29).

A ação da Plataforma não ao TTIP em Portugal não é efervescente e revolucionária como alguns dos movimentos sociais da última década, que ocuparam com veemência espaços simbólicos como ruas e edifícios. Em Portugal as manifestações exteriores da plataforma foram escassas; uma vez que a sua dimensão é reduzida, a plataforma optou por se manifestar em eventos macro como a marcha do Clima e o Primeiro de Maio.

Ao nível de ação “exterior” vale também referir a insistência na promoção das “Zonas Livres de TTIP e CETA” em Portugal, que tem sido uma das iniciativas mais longas do grupo e está ainda em andamento. A autodeterminação administrativa que se concretiza nesta iniciativa demonstra que as fronteiras físicas continuam a ser marcadores de pertença. É,

literalmente uma conquista de terreno, uma reclamação espacial e territorial. Ao delimitar geograficamente estas unidades e auto deliberar a sua condição, afirmam-se fronteiras administrativas e cria-se uma transparência de limites espaciais que contrasta com as políticas complexas, ambíguas e descentralizadas acerca da negociação dos tratados de livre comércio. Esse tipo de ocupação espacial, associado às manifestações em que a plataforma marcou presença, integram o espaço simbólico que Castells (2013) atribui aos movimentos sociais de hoje.

Neste estudo de caso a Internet assumiu-se como uma ferramenta determinante para a estrutura interna e para as dinâmicas comunicativas do movimento. O carácter horizontal com que a Plataforma opera é auxiliado pela utilização de canais digitais colaborativos. A documentação interna é disponibilizada numa *drive* online, a comunicação com as organizações membro é feita, maioritariamente, pela Internet e os processos de decisão e de comunicação interna e externa são ancorados em ferramentas digitais, entre as quais se destaca o Facebook. A importância da Internet é reconhecida por todos os membros.

Os sete entrevistados detêm perfis socio demográficos e pertenças associativas heterogéneas. Todos os entrevistados demonstraram ter um nível de conhecimento alto sobre os trâmites do tratado e os seus impactos, o que facilitou e enriqueceu o trabalho de investigação. Apresentaram discursos estruturados e longos, com recurso a exemplos políticos, dados estatísticos e opiniões bem formuladas. Alguns dos membros revelaram que investiram muito tempo a inteirarem-se dos meandros e senões deste tipo de tratados. É provável que esse investimento no estudo aliado à necessidade de explicar o tema a leigos lhes tenha proporcionado a facilidade discursiva que se sentiu nas entrevistas. A somar a isso, alguns dos membros são palestrantes sobre o assunto (como a Maria e o Guilherme).

As diferentes pertenças associativas não se refletiram na priorização que atribuíram às suas preocupações em relação ao TTIP. Ou seja, não se verificou uma correspondência entre o tipo de associação a que os membros da plataforma pertencem e os motivos para contestarem a parceria transatlântica. Isso ficou demonstrado em vários momentos.

Em primeiro lugar, no discurso dos membros entrevistados a questão da democracia é transversal, sendo que todos concordam que o modelo que o TTIP e os tratados de livre comércio propõem é pouco democrático e prejudica tanto os governos como os cidadãos.

Em segundo, alguns elementos das entrevistas apontam para diferentes posicionamentos em relação a certos temas do tratado. O entrevistado António pertence a um movimento de defesa dos direitos do trabalhador (Precários Inflexíveis), e mostrou atribuir mais importância ao impacto ambiental e à entrada de transgénicos e substâncias químicas. Por outro lado, o

ambientalista Sandro refere que muitos desses produtos já são permitidos no país e que o mais gravoso é o ICS.

Tal demonstra que existe convergência em relação a muitos aspectos da contestação ao TTIP mas que isso não é dependente dos laços associativos que os entrevistados têm fora do âmbito da plataforma. Esta conclusão cruza com os múltiplos interesses dos membros, que conhecem e colaboram com diferentes projectos e frequentam marchas e manifestações sobre vários temas sociais, ambientais e políticos.

Com esta dissertação procurou-se contribuir para o aprofundamento do conhecimento da relação entre a Internet e o desenvolvimento de movimentos sociais, em particular do movimento em análise. A investigação deixou em aberto algumas artérias passíveis de explorar futuramente, designadamente as características de interactividade de redes, a propensão para a horizontalidade nas estruturas dos movimentos sociais e o papel dos movimentos sociais na paisagem política europeia.

BIBLIOGRAFIA

- Accornero, Guya e Olivier Fillieule (2016), Introdução em Accornero, Guya e Olivier Fillieule (eds), *Social Movement Studies in Europe- The State of the Art*, Oxford, Berghahn Books
- Accornero, Guya (2016) “Revolutionary or Mild-mannered?: Social Movements and Social Movements Studies in Portugal” em Accornero, Guya e Olivier Fillieule (eds), *Social Movement Studies in Europe- The State of the Art*, Oxford, Berghahn Books
- Bauman, Zygmunt (2000) *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press
- Bauman, Zygmunt (1999) *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora
- Bauman, Zygmunt (1998) *Globalization: The human consequences*, Cambridge, Polity Press
- Baumgarten, Britta (2014) “Culture and Activism across Borders”, em Baumgarten, Britta, Priska Daphi e Peter Ulrich (eds), *Conceptualizing culture in social movement research*, Londres, Palgrave Macmillan
- Beck, Ulrich (2005) *Power in The Global Age – a new global political economy*, Cambridge, Polity Press
- Beck, Ulrich (2000) “A reinvenção da política – Rumo a uma teoria da modernização reflexiva”, em Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (orgs.) *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editora
- Bierbrauer, Elfriede (2014) “Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) negotiations: State of play”, Directorate-General for External Policies, Policy Department, Bruxelas, Parlamento Europeu. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2014/536397/EXPO_BRI\(2014\)536397_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2014/536397/EXPO_BRI(2014)536397_EN.pdf), consultado em 2 de Dezembro de 2015
- Bryman, Alan (2012) *Social Research Methods*, Nova Iorque, Oxford Press
- Capaldo, Jeronim (2014) “The TransAtlantic Trade and Investment Partnership: European Disintegration, Unemployment and Instability” Global Development and Environment Institute Working Paper No. 14-03, Medford, Tufts University, disponível em: <https://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/wp/14-03CapaldoTTIP.pdf>, consultado em 15 de Maio de 2016
- Cardoso *et. al* (2014) “A Internet em Portugal. Sociedade em rede 2014”, Lisboa, Obercom. Disponível em: <https://obercom.pt/a-internet-em-portugal-sociedade-em-rede-2014/>, consultado em 1 de Novembro de 2015
- Castells, Manuel (2004), “Informationalism, Networks, and the Network Society: A Theoretical Blueprint”, em Castells, Manuel (ed) *The Network Society: A Cross-cultural Perspective*, pp 3- 45, Northampton, Edward Elgar Publishing
- Castells, Manuel (2001) *The Internet Galaxy*, Oxford, Oxford University Press
- Castells, Manuel (2013) *Redes de Indignação e de Esperança*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- Combe, David *et. al* (2010) “A comparative study of social network analysis tools”, Web Intelligence & Virtual Enterprises Workshop, Saint-Etienne, HAL Archives ouvertes, disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00531447/document>, consultado em 3 de Fevereiro de 2016
- Day, Catherine (2014) “Your request for registration of a proposed citizens' initiative entitled "STOP TTIP"” Bruxelas, Comissão Europeia, Disponível em: <http://ec.europa.eu/citizens-initiative/public/initiatives/non-registered/details/2041> consultado em 2 de Dezembro de 2015

- della Porta, Donatella (2010) "Reinventing Europe. Social Movement Activists as Critical Europeanists", em Teune, Simon (ed), *The Transnational Condition- Protest Dynamics in an Entangled Europe*, Oxford, Berghahn Books
- DeLuca, Kevin e Jennifer Peeples (2002) "From public sphere to public screen: democracy, activism, and the "violence" of Seattle", *Critical Studies in Media Communication* , 19, 2, Routledge. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07393180216559>, consultado em 1 Janeiro de 2016
- Estanque, Elísio, Hermes Augusto Costa e José Soeiro (2013), "The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case", *Journal of Social Science Education*, 12, 1, pp 1-40, Bielefeld, Universidade de Bielefeld
- Francois, Joseph, *et. al* (2013) "Reducing Transatlantic Barriers to Trade and Investment: An Economic Assessment", Relatório Final de Projecto para a Comissão Europeia, Londres, Center for Economic Policy Research. Disponível em: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2013/march/tradoc_150737.pdf , consultado em 15 de Maio de 2016
- Giddens, Anthony (2000a) *O mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença
- Giddens, Anthony (2000b) "Viver numa Sociedade Pós Tradicional", em Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash (orgs.) *Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras, Celta Editora
- Greenpeace Holanda (1 Maio de 2016) "Ttip leaks", Documentos de negociação do TTIP, Greenpeace, Disponível em: <https://ttip-leaks.org/>, consultado em 15 de Maio de 2016
- Grewal, David S. (2008) *Network power: the social dynamics of globalization*, New Haven, Yale University Press
- Habermas, Jürgen (1984) *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro (edição original 1962)
- Hilary, John (2014) *Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento*, Bruxelas, Rosa Luxemburg Stiftung
- Hilary, John (2015) *The Transatlantic Trade and Investment Partnership*, Bruxelas, Rosa Luxemburg Stiftung. Disponível em: http://rosalux.gr/sites/default/files/publications/hilary_update_en_2015.pdf, consultado em 2 de Dezembro de 2015
- Hilary, John (2016) "After the leaks showed what it stands for, could this be the end for TTIP?", *The Independent*, Disponível em: <http://www.independent.co.uk/voices/ttip-leaks-shocking-what-are-they-eu-us-deal-a7010121.html>, Data de edição 2 Maio de 2016, consultado em 15 de Maio de 2016
- Johnson, R. Burke, Anthony Onwuegbuzie e Lisa Turner (2007) *Toward a Definition of Mixed Methods Research*, *Journal of Mixed Methods Research*, 1, 2, SAGE, Disponível em: <http://mmr.sagepub.com/content/1/2/112.full.pdf+html>, consultado em 10 de Novembro de 2015
- Lester, Libby (2010) *Media and Environment*, Cambridge, Polity Press
- Malmström, Cecilia (2016) "What's a good TTIP for the mechanical engineering sector?", Speech delivered by Trade Commissioner at VDMA/Deutsche Messe Reception- Hannover, Comissão Europeia, Disponível em: http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2016/april/tradoc_154470.pdf , editado em 25 Abril de 2016, consultado em 2 de Dezembro de 2015
- Nahon, Karine, e Jeff Hemsley (2013) *Going Viral*, Cambridge, Polity Press
- Neslen, Arthur (2015) "TTIP talks: EU alleged to have given ExxonMobil access to confidential strategies", *The Guardian*, Disponível em:

- <http://www.theguardian.com/environment/2015/nov/26/ttip-talks-eu-alleged-to-have-given-exxonmobil-access-to-confidential-papers>, data de edição 26 de novembro de 2015, consultado em 15 de Maio de 2016
- Neslen, Arthur (2016) “Leaked TTIP documents cast doubt on EU-US trade deal”, The Guardian, Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2016/may/01/leaked-ttip-documents-cast-doubt-on-eu-us-trade-deal>, data de edição 1 de Maio de 2016, consultado em 15 de Maio de 2016
- Oliveira, José Manuel Paquete, Gustavo Cardoso e José Jorge Barreiros (2004) “A Internet na construção de uma cidadania participada” em Oliveira, José Manuel Paquete, Gustavo Cardoso e José Jorge Barreiros (orgs.), *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, Lisboa, Quimera
- O que esconde o TTIP (sem data) “O que esconde o TTIP” [Facebook], disponível em <https://www.facebook.com/naottip?fref=ts>, Consultado em Junho de 2016
- Plataforma Não ao TTIP (2016) “O TRATADO TRANSATLÂNTICO: O cavalo de Tróia das grandes corporações à conquista da Europa!”, Disponível em: <https://www.nao-ao-ttip.pt/detalhes/>, consultado em 15 de Maio de 2016
- Provedor de Justiça Europeu (2014) “Transparência das negociações sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (PTCI)”, Síntese da decisão sobre o inquérito de iniciativa própria OI/10/2014/RA a respeito da Comissão Europeia, Estrasburgo, Provedor de Justiça Europeu, Disponível em: <http://www.ombudsman.europa.eu/pt/cases/summary.faces/pt/58670/html.bookmark>, consultado em 15 de Maio de 2016
- Raza, Werner, *et. al* (2014) “Assess TTIP: Assessing the Claimed Benefits of the Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)” Relatório Final, Viena, OFSE, disponível em: http://www.guengl.eu/uploads/plenary-focus-pdf/ASSESS_TTIP.pdf, consultado em 15 de Maio de 2016
- Scott, Robert, Bruce Campbell e Carlos Salas (2006) “NAFTA's legacy: rising trade deficits lead to significant job displacement and declining job quality for the United States”, EPI Briefing Paper 173, Washington, Economic Policy Institute, Disponível em: <http://www.epi.org/files/page/-/old/briefingpapers/173/bp173.pdf>, consultado em 15 de Maio de 2016
- Seattle to Brussels Network (org) (2016) “Statement against Investor Protection in TTIP, CETA, and other trade deals”, Declaração Conjunta, Corporate Europe Observatory, disponível em, http://corporateeurope.org/sites/default/files/attachments/s2b_statement_isds_ics_engl.pdf consultado em 4 de Dezembro de 2015
- Silverstone, Roger (2005) *Porquê estudar a Mídia*, São Paulo, Edições Loyola
- Teune, Simon (ed) (2010) *The Transnational Condition- Protest Dynamics in an Entangled Europe*, Oxford, Berghahn Books
- Thompson, John (2009) *A mídia e a Modernidade*, Petrópolis, Vozes (edição original 1995)
- Viana, Joana (2016) “França ameaça chumbar TTIP”, Expresso, Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-05-04-Franca-ameaca-chumbar-TTIP>, Data de edição 4 Maio de 2016, consultado em 15 de Maio de 2016
- Viegas, Miguel (2015) “Pergunta Escrita à Comissão Europeia de Miguel Viegas no Parlamento Europeu”, PCP, Disponível em: <http://www.pcp.pt/consulta-dos-documentos-sobre-ttip>, data de edição 16 Julho de 2015, consultado em 15 de Maio de 2016

- Webster, Frank (2004), “Desafios globais e respostas nacionais na Era da Informação”, em Oliveira, José Manuel Paquete, Gustavo Cardoso e José Jorge Barreiros (orgs.), *Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação*, Lisboa, Quimera
- Webster, Frank (2006) *Theories of the information society*, Nova Iorque, Routledge (3ª edição) (edição original, 1995)
- Zonas Livres de TTIP (2016) “TTIP free zones”, Disponível em: <https://www.ttip-free-zones.eu>, consultado em 11 de Junho de 2016

ANEXOS

A - OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE DE EVENTOS

Eventos	Data	Local	Pesquisa	Rede de actores	Escala	Temáticas
Conferência: “Diálogo transatlântico: agricultura, alimentação e TTIP”	5.11.2015	Lisboa-sede da CPLP	Observação Estabelecimento de contactos exploratórios	Membros da plataforma, CIDAC, Camões - Instituto da Cooperação e da Língua , pessoas em nome individual	Local, aberta	Soberania e segurança alimentar
Marcha do Clima	29.11.2015	Lisboa	Acompanhamento da plataforma na marcha Entrevistas com os participantes	Colectivos portugueses, pessoas em nome individual	Nacional	Proteção do clima, ambiente
Marcha da Justiça climática	12.12.2015	Lisboa	Acompanhamento da plataforma na marcha	Colectivos portugueses, pessoas em nome individual	Nacional	Proteção do clima, ambiente
Conversa: “Os Tratados de Comércio Multilateral e a Soberania Nacional”	21.04.2016	Livraria Galeria Verney, Oeiras	Presença no evento	MAPA Associação Cultural, Associação 25 de Abril	Local, aberta	Soberania nacional Democracia Legislação
Primeiro de Maio	01.05.2016	Lisboa	Acompanhamento da plataforma no evento	Colectivos portugueses, pessoas em nome individual	Nacional	Direitos do trabalhador

B - CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Os nomes são fictícios para salvaguardar o anonimato dos inquiridos.

Nome	Idade	Habilitações Literárias		Local de Residência	Associação	Tipo de Associação			
		Ensino secundário	Ensino Superior			Ecologista	Política	Cidadania	Apoio a comunidades
Pedro	32	x		Lisboa	GAIA-Grupo de acção e intervenção ambiental			x	
Guilherme	66		x	Oeiras	MAS, Fábrica de Alternativas		x	x	x
Augustine	29		x	Malmö, Suécia	Plataforma não ao TTIP Suécia		x	x	
Maria	62		x	Lisboa	Academia Cidadã			x	
André	31	x		Lisboa	Academia Cidadã			x	
António	50		x	Oeiras	Precários Inflexíveis		x	x	
Sandro	25		x	Lisboa	GAIA-Grupo de acção e intervenção ambiental	x			

C - PERFIS DE ACTIVISMO

Na impossibilidade espacial de anexar todo o conteúdo das sete entrevistas realizadas, procedeu-se ao resumo dos indicativos biográficos dos entrevistados, para facilitar a avaliação dos seus perfis. Os resumos atentam nos seguintes aspectos: trajetórias de activismo, motivos para a incorporação na plataforma e razões pessoais para a oposição ao TTIP e aos tratados de livre comércio.

Maria, 62 anos, Lisboa, Academia Cidadã, psicóloga

A revolta contra o regime salazarista empurrou Maria para o activismo na década de 60, quando tinha apenas 15 anos. “Depois do tempo da democracia nunca mais fiz nada. Passei 20 e tal anos sem fazer nada. Acho que isto aconteceu muito com a minha geração”, comentou Maria durante a entrevista. A chegada da crise, em 2008, mudou a sua perspetiva. Ingressou na Academia Cidadã em 2012, e foi nessa associação que tomou conhecimento do TTIP e que decidiu envolver-se. Maria sublinha que para além do TTIP existem mais três acordos “perigosos”: CETA, TISA e TPP. “Isto é uma espécie de tratado de Tordesilhas”, reflecte, referindo-se aos EUA. “Se isto for para a frente as grandes corporações, sobretudo americanas, ficam a mandar no mundo. Neste momento os governos já mandam pouco, é o sistema financeiro internacional que manda. Mas ainda vão mandar menos, porque tudo se vai fazer em função dos lucros”. A entrevistada exemplifica com o tribunal arbitral (ICS), que protege os investidores, e critica o secretismo das negociações.

Sandro, 25 anos, Lisboa, GAIA, jurista

Integrar o GAIA foi um passo que Sandro atribui às suas preocupações ecologistas, nomeadamente em relação aos transgénicos e à soberania alimentar. “A minha vontade de dar o meu tempo útil para causas públicas surgiu muito da falta de consciencialização que sentia ao meu redor”, comenta o jovem jurista, que no seu mestrado investigou a relação entre os tratados de comércio e investimento da UE e direitos humanos. No final de 2013 ouviu falar do TTIP por uma amiga. Juntamente com uma activista do GAIA começaram a dar corpo ao que se tornaria, em 2014, a plataforma nacional contra o TTIP. “Sendo honesto, grande parte das medidas legislativas que nos antevemos já estão implementadas em Portugal. Temos os transgénicos, temos os produtos com hormonas, a questão do fracking. A lógica do TTIP e do CETA seria mais de cristalizar o que já existe e blindar através da lei. Em termos de mecanismo o mais perigoso é mesmo o tribunal arbitral”, comenta Sandro, acrescentando que sob estes tratados o direito de legislar dos Estados ficaria em cheque e que sectores como a água, a saúde e o património público se encontrariam na iminência da privatização.

Pedro, 32 anos, Lisboa, GAIA

O encontro com este activista foi durante a Marcha do Clima, em Novembro de 2015. “É essencial convergir nestes eventos. Este tipo de lutas, como o clima e o TTIP são lutas que não têm nada a ver

com a esquerda nem direita, são uma questão de cidadania”, explica o jovem, enquanto segura um cartaz da plataforma contra o tratado. “Há coisas que nós não devemos permitir que é a destruição do planeta. E o TTIP tem uma enorme influência nisso”. Pedro critica que o sistema alimentar moderno dependa de importações longínquas e poluentes e revolta-se com a concessão de zonas para a exploração de gás de xisto em Portugal.

António, 50 anos, Oeiras, Precários Inflexíveis

Desde o início das negociações do TTIP António percebeu que existia uma “ameaça muito grave para os povos europeus”. Participa na plataforma desde a sua fundação, em 2014. “O tratado tem por trás forças poderosíssimas, todas as grandes corporações americanas e europeias estão a apostar completamente no tratado”, comenta, sublinhando o *lobbying* das empresas de exploração de petróleo e gás. Para ele, a celebração dos tratados de livre comércio preconiza “um golpe de estado a nível global”. A produção de alimentos transgénicos, o uso de hormonas e antibióticos no gado e o recurso a químicos controversos por parte dos EUA são outros factores que preocupam António. “São uma série de produtos que são proibidos na Europa, e o tratado irá abrir esse mercado europeu às companhias Americanas. Vai dar uma passadeira vermelha a todas elas para fazerem tudo quanto quiserem”.

Augustine, 29 anos, Malmö, Suécia, Plataforma não ao TTIP Suécia

Quando Augustine planeou a sua curta estadia em Portugal, não deixou o activismo de fora. Migrou da plataforma contra o TTIP sueca para a portuguesa porque acredita que este é um problema global. “We need a democratic say about the development in the world. It is not something for government to decide and it’s not something for companies to decide about. It’s for us, as people of different countries”, explica a jovem. Para ela é necessário apostar em formas de comércio sustentáveis, como o comércio e agricultura locais, e repensar o sistema de produção de carne, por ser muito poluente. Os tratados de livre comércio são uma ameaça ao ambiente e às pessoas, resume a sueca.

André, 31 anos, Lisboa, Academia Cidadã

Foi no ano de 2011, após a manifestação *Geração à Rasca*, que André decidiu “deixar de ser um espectador” e entrar na recém-criada Academia Cidadã. Não sabe ao certo quando ouviu falar do TTIP, mas percebeu de imediato que teria de intervir. “O ICS, o tribunal arbitral, deixa-me estupefacto”, afirma. A ameaça à segurança alimentar no TTIP também o preocupa, devido à entrada de químicos e transgénicos. “Nos documentos do TTIP que foram recentemente *leakados* pela Greenpeace, percebeu-se que é essa a grande intenção. Uma grande das multinacionais é a Monsanto. Percebeu-se que eles pressionam para vender esses alimentos modificados aqui”, explica André. A entrada de petrolíferas acopladas à exploração de gás de xisto é outro tema problemático. “A parte ambiental a mim move-me muito e acho que tem que mover a todos, porque esta é a nossa casa”.

Guilherme, 66 anos, Oeiras, MAS, Fábrica de Alternativas de Algés

“Antes do 25 de Abril já eu era uma pessoa muito activa nos movimentos sociais, e a partir daí cada vez mais”, explica Guilherme. A sua experiência de activismo é diversa. Integra o partido MAS e é voluntário na Fábrica de Alternativas de Algés. Foi através de leituras atentas sobre capitalismo e comércio mundial que percebeu a ameaça dos tratados de livre comércio. “O TTIP é extremamente abrangente e vai afetar praticamente todos os ramos da economia e da vida social. Este e os demais tratados de livre comércio significam a criação um novo paradigma de poder internacional, transnacional acima de todas as instâncias de poder que nós conhecemos”, resume. Segundo ele, é um perigo para a democracia, soberania e cidadania e a existência do ICS nos documentos corrobora-o, bem como o mecanismo de cooperação regulatória. Este mecanismo permite alterar os trâmites do TTIP após a promulgação. “Ou seja, vai sendo alterado ao sabor dos interesses corporativos que estão representados nesses gabinetes e o cidadão e os governos nada podem fazer”, critica o activista. O impacto deste tratado em Portugal seria negativo, alega ele. “Nós sabemos o que acontece às economias mais débeis em face destes tratados em que a concorrência fica exacerbada”, alega, exemplificando com o desemprego e a pobreza criados pelo NAFTA.

D - Guião de entrevista

O presente guião de entrevista é destinado aos membros da Plataforma contra o Tratado Transatlântico em Portugal. A plataforma em questão é o cerne do movimento social que contesta a aplicação do Tratado Transatlântico entre a Europa e os Estados Unidos. As questões e os tópicos em foco são flexíveis no intuito de serem moldados às respostas do(a) entrevistado(a).

Dimensões de Análise	Objectivos	Questões
Perfil dos Participantes	<ul style="list-style-type: none"> -Caracterizar os grupos de indivíduos que protagonizam os movimentos em Portugal - Conhecer a sua trajetória individual - Conhecer a sua experiência e trajetória de activismo - Perceber como se envolveu no movimento e quando tomou conhecimento do mesmo - Identificar as motivações pessoais para a adesão - Identificar os temas particularmente sensíveis 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gostaria que me contasse um pouco da sua relação com o activismo. Em que momento da sua vida é que se começou a preocupar e envolver em causas sociais e/ou ambientais? 2. Quando é que teve conhecimento do TTIP e de que forma despertou a sua preocupação? 3. Como nasce a ideia da Plataforma? 4. Que implicações tem esta proposta legislativa? Quais são os impactos que vê com mais receio? 5. Que riscos se afiguram para a produção nacional e para os métodos de produção sustentáveis? 6. Considera que em Portugal há sensibilidade relativamente às questões da segurança alimentar? E como tem sido a evolução da sensibilidade face a estas questões?
Organizativa	<ul style="list-style-type: none"> - Deslindar a estrutura organizativa dos movimentos de contestação online ao TTIP, CETA, TISA - Perceber o grau de convergência entre movimentos - Verificar a articulação internacional - Caracterizar os movimentos quanto à sua natureza e independência (ambientalistas, políticos, etc.) 	<ol style="list-style-type: none"> 7. Como é que está organizada a Plataforma? 8. Podia falar-me das funções que desempenha na Plataforma? 9. Como é que decidem o tipo de eventos que promovem? 10. Onde é que se costumam reunir? 11. Que tipo de eventos e iniciativas organizam? 12. Têm participantes em todo o país? 13. A nível nacional, estão em contacto e colaboram com outros movimentos? 14. O TTIP marcou presença na marcha verde, em Novembro, e na marcha da justiça climática. Este tipo de eventos é positivo para a divulgação? 15. Évora tornou-se na primeira cidade nacional “livre” do TTIP. Existem mais exemplos a nível nacional? A moção teve seguimento? 16. Observando a acção da Plataforma, parece-me que esta actua sob dois eixos: um de contestação e um de sensibilização, de educar o público em relação ao Tratado e às suas consequências. Como gerem essa dualidade? 17. Estão articulados com movimentos <i>Não ao TTIP</i> europeus? 18. De que forma? Como comunicam? Existe um esforço de convergência nas vossas actividades?

		<p>19. A Wikileaks lançou uma campanha que passa por oferecer um prémio de cem mil euros a quem conseguir obter o texto do Acordo. Têm divulgado a iniciativa?</p> <p>20. Existe algum motivo para terem escolhido o termo <i>plataforma</i>, em vez de movimento ou grupo?</p> <p>21. A plataforma é independente? Categoriza-a como social ou ambientalista?</p> <p>22. Reúnem com partidos políticos?</p>
Evolução e Impacto	<p>- Percepções pessoais do impacto do movimento desde a data de integração no mesmo</p> <p>- Vitórias, conquistas</p> <p>- Dificuldades ou obstáculos</p> <p>-Próximas ações e prognósticos</p>	<p>23. O corpo de participantes tem crescido?</p> <p>24. Que progressos nota desde a sua integração nesta plataforma?</p> <p>25. Vitórias e conquistas?</p> <p>26. Foram suficientes para obter impacto político?</p> <p>27. Qual o posicionamento político em Portugal face a este tema?</p> <p>28. Dificuldades e obstáculos?</p> <p>29. A comunicação social tem dado atenção a este tópico?</p> <p>30. A nível internacional existe alerta público para estas matérias?</p> <p>31. A sensibilização do público tem crescido?</p> <p>32. Esta evolução está de acordo com as expectativas gerais da plataforma?</p> <p>33. E com as suas?</p> <p>34. Quais são os próximos passos da <i>plataforma</i> não ao TTIP?</p>
Plataformas	<p>- Que plataformas são utilizadas</p> <p>- Quais são as que têm mais resultados como meio de contestação e mobilização</p> <p>- Internet e Redes Sociais como meio de comunicação interno e externo</p>	<p>35. Que meios são utilizados para a divulgação das vossas iniciativas?</p> <p>36. Que plataformas web são utilizadas para promover as vossas actividades?</p> <p>37. Quais são as que têm mais resultados como meio de contestação e mobilização?</p> <p>38. Que meios tecnológicos utilizam para a vossa comunicação interna? Quem os gere?</p> <p>39. O vosso site e redes sociais são importantes nesse aspecto? Têm tido sucesso?</p> <p>40. Acompanham estatisticamente a vossa presença online? Como?</p>

A entrevista terminou. Há algum aspecto que gostasse de acrescentar?

Obrigada pelo seu tempo e pela sua colaboração.

<i>Caracterização Sociodemográfica</i>	<p>Nome</p> <p>Idade</p> <p>Profissão</p> <p>Habilitações Literárias</p>
--	--

E – GRAFOS

Figura E.1: Aproximação do grafo da Rede Social “O que esconde o TTIP” - Páginas de Facebook conectadas em Maio 2016

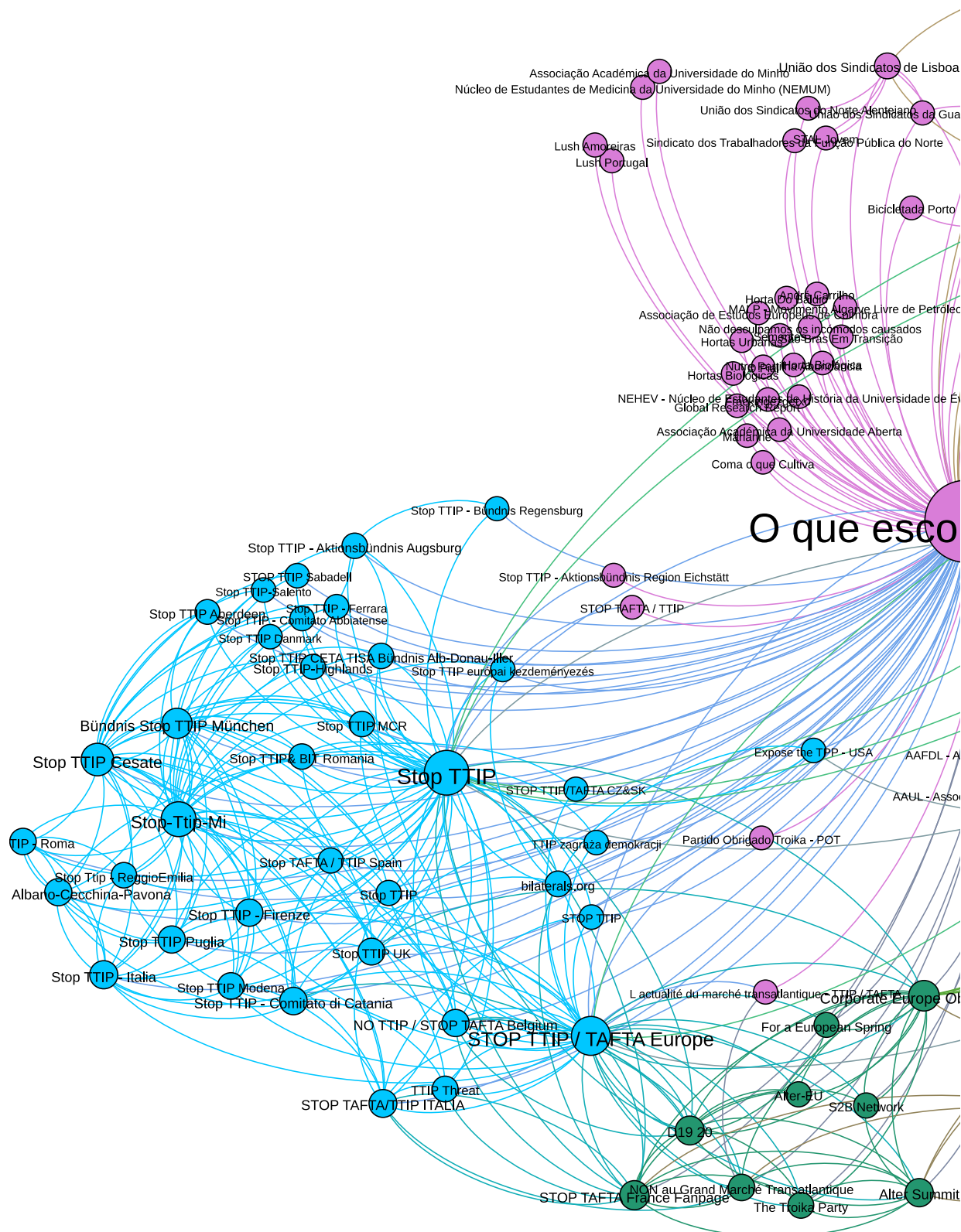
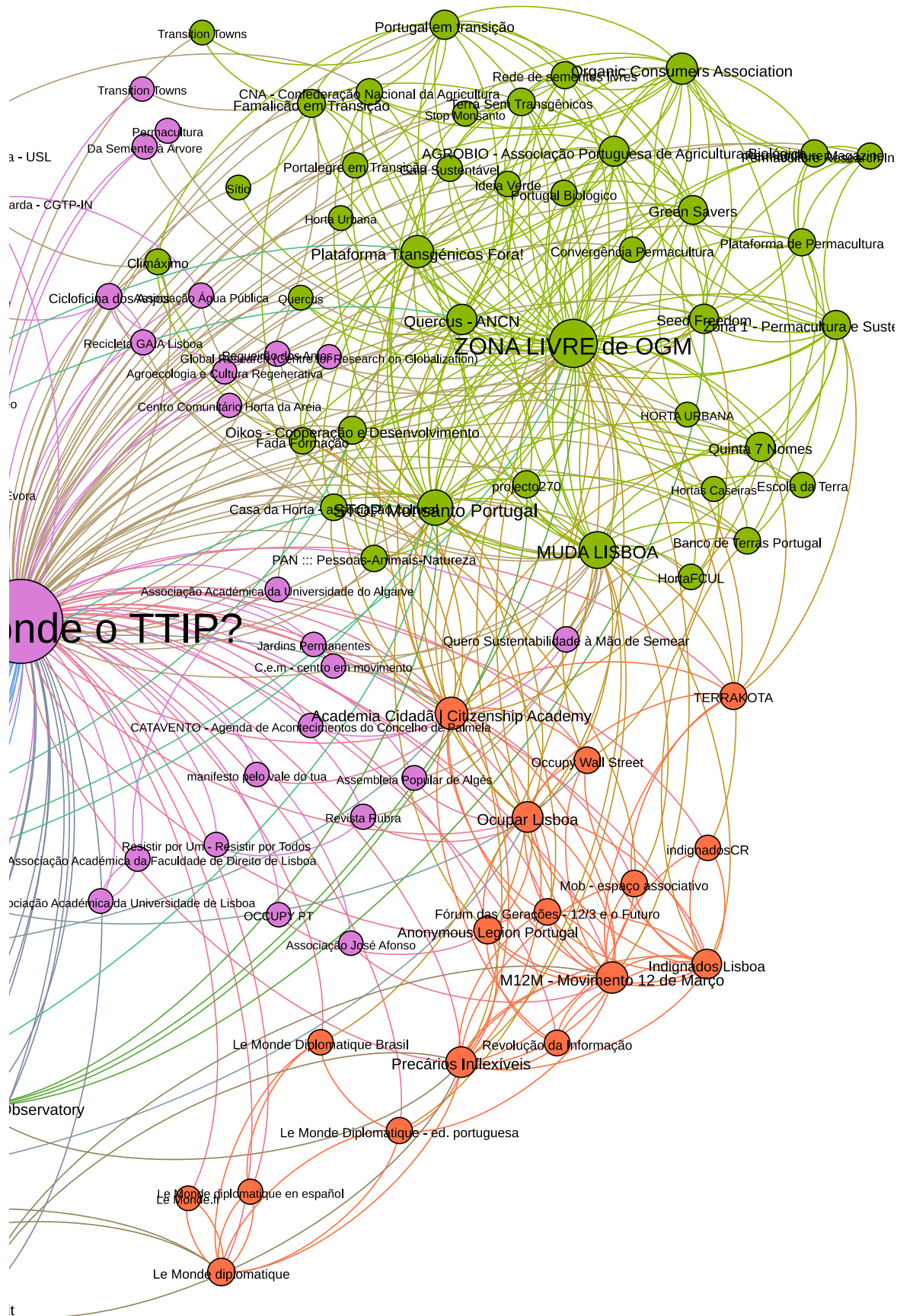


Figura E.2: Aproximação do grafo da Rede Social “O que esconde o TTIP” - Páginas de Facebook conectadas em Maio 2016





Europass Curriculum Vitae

Personal information

First name(s) / Surname(s) **Catarina Martins Farinha Alves**
E-mail(s) catarina.mfa@gmail.com
Nationality Portuguese
Date of birth 23 September 1990

Work experience

Dates	August 2013- June 2014
Occupation or position held	Marketing Assistant and Community Manager
Main activities and responsibilities	-Content Editor and marketing online -SEO and tracking with Google Analytics -Community management of social networks (Facebook, Twitter, Pinterest) -Development of marketing strategies -Creation of sweepstakes, surveys and photo contests at facebook -Newsletter writing and management -Translations Spanish- Portuguese
Name and address of employer	Artvisual/ SummonPress Calle Hospital, 1, Valencia

Dates	May 2013- July 2013
Occupation or position held	Intern Content Editor- Leonardo da Vinci Programme
Main activities and responsibilities	-Writing online content for digital thematic projects. -Marketing online, SEO, and social networks management.
Name and address of employer	Artvisual/ SummonPress Calle Hospital, 1, Valencia

Dates	April – December 2012
Occupation or position held	Consultant
Main activities and responsibilities	- Promote subscriptions with personalized delivery - Contact hotels, restaurants, cafes, enterprises and public institutions - Build a network of subscribers to the daily newspaper - Deal with weekly and daily objectives, individual and team oriented.
Name and address of employer	Diário de Notícias Av. Liberdade, nº 266, 1250-149 Lisbon
Type of business or sector	Media

Dates	July- September 2011
Occupation or position held	Intern Journalist

Main activities and responsibilities	<ul style="list-style-type: none"> - Search and suggest news and issues - Write and update news and articles - Establish contacts with directors, celebrities, politicians and others in order to enrich the news - Cover events for social media.
Name and address of employer	Diário de Notícias Av. Liberdade, nº 266, 1250-149 Lisbon
Dates	August 2010 onwards
Occupation or position held	Inquirer/ Market research agent
Main activities and responsibilities	<ul style="list-style-type: none"> - Market potential, product tests and consumer research for companies and brands - Phone surveys for hotels and restaurants - Market studies for electricity and Gas companies (Galp, EDP)
Name and address of employer	IMR- Instituto de Marketing Research, Lda Rua Gonçalo Velho Cabral N.º 35, 1400-188 Lisbon

Education and training

Dates	September 2014 - June 2016									
Title of qualification awarded	Master of Science (MSc) in Communication, Culture and Information Technologies (branch: Internet and Networked Communication)									
Name and type of organisation providing education and training	ISCTE –IUL : University Institute of Lisbon Av ^a das Forças Armadas, 1649-026 Lisbon									
Level in national or international classification	Current GPA 17 /20									
Dates	September 2008 - June 2011									
Title of qualification awarded	Undergraduate degree in Communication Sciences									
Name and type of organisation providing education and training	FCSH- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa) Avenida de Berna, 26-C, 1069-061 Lisbon									
Level in national or international classification	Final GPA 13/20									
Dates	February- April 2016									
Title of qualification awarded	English level C1.3									
Name and type of organisation providing education and training	CCL – Centro de cursos livres Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE Gabinete 1N16, 1649-026 Lisboa									
Level in national or international classification	Final GPA 94/100									
Other language(s)										
Self-assessment										
European level (*)										
English	C1.3	Proficient user	C1.3	Proficient user	C1.3	Proficient user	C1.3	Proficient user	C1.3	Proficient user
Spanish / Castilian		Fluent		Fluent		Fluent		Fluent		Fluent
French	A1	Basic User	A2	Basic User	A1	Basic User	A1	Basic User	A1	Basic User

Portuguese

Native

Native

Native

Native

Native

() Common European Framework of Reference (CEF) level*

Computer skills and competences

- Microsoft Office
- Network analysis (Gephi, ucinet)
- SEO
- Google Analytics
- Google Adwords
- Basic html5 / css/ wordpress
- Basic image editing: Adobe Photoshop, Fireworks Mx
- Video and film editing: Adobe Premiere, Windows Movie Maker